



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO

Mariana de Oliveira Rodrigues

Análise do Turismo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial
do Cabo, baseada nas cinco dimensões da sustentabilidade de
Ignacy Sachs

Ouro Preto

2026

Mariana de Oliveira Rodrigues

Análise do Turismo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial
do Cabo, baseada nas cinco dimensões da sustentabilidade de
Ignacy Sachs

Monografia apresentada ao curso de Turismo da
Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Rodrigo Burkowski

Ouro Preto

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R696a Rodrigues, Mariana de Oliveira.

Análise do turismo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, baseado nas cinco dimensões da sustentabilidade de Ignacy Sachs. [manuscrito] / Mariana de Oliveira Rodrigues. - 2026.
70 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Burkowski.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Turismo sustentável. 2. Sustentabilidade. 3. Turismo litorâneo. I.
Burkowski, Rodrigo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.484

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana de Oliveira Rodrigues

Análise do turismo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, baseado nas cinco dimensões da sustentabilidade de Ignacy Sachs

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 02 de março de 2026

Membros da banca

Doutor - Rodrigo Burkowski - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor - Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor - Solano Braga - Universidade Federal de Ouro Preto

Rodrigo Burkowski, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Burkowski, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/03/2026, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1069472** e o código CRC **F2A088A5**.

AGRADECIMENTOS

Encerro esse ciclo tão especial, importante e desafiador, com o coração cheio de gratidão por tanto aprendizado, realizações e conquistas. Agradeço a Deus por tantas bênçãos, proteção, luz, me encaminhando da melhor forma para chegar até aqui.

Agradeço imensamente aos meus pais, Elen e Vicente, por terem me incentivado tanto nesse caminho, por participarem de tudo com tanto entusiasmo e carinho e por terem me ensinado tanto sobre a vida, devo tudo a vocês!

Agradeço a minha família por torcerem tanto por mim e celebrarem comigo sempre! Aos meus amigos e amigas de Barbacena, que mesmo de longe, estiveram comigo em todos os momentos. Ao Gustavo, por me incentivar, me apoiar e compartilhar a vida comigo! E à República Eclipse por ter se tornado meu lar nessa jornada tão importante!

Agradeço a UFOP, ao DETUR e a todos os professores que contribuíram para minha formação. E claro, aos amigos que fiz em Ouro Preto, levarei todos com muito carinho!

Entrego esse trabalho muito realizada com todo o caminho percorrido até aqui. Que seja só o início de todas as coisas boas que estão por vir!

RESUMO

A atividade turística em regiões litorâneas, mais especificamente em áreas protegidas tem se tornado muito relevante no contexto atual. A pesquisa tem como objeto de estudo o turismo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. E possui o objetivo investigar a atividade turística dentro da Reserva a partir dos conceitos das dimensões da sustentabilidade propostos pelo autor Ignacy Sachs. O estudo se caracteriza como qualitativo e exploratório, usando as pesquisas bibliográfica e documental, e analisando a partir do referencial teórico das cinco dimensões da sustentabilidade abordado por Sachs. Diante disso, nota-se a presença dos conflitos socioambientais e de uso territorial na região. E observa-se que a Reserva enfrenta problemas em relação aos seus objetivos, mas também já estão sendo tomadas algumas iniciativas para mitigar esses impactos. Assim, conclui-se que há a necessidade de um planejamento que seja adequado e eficiente, e que englobe todas as partes interessadas e envolvidas.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Turismo Litorâneo; Reserva Extrativista Marinha.

ABSTRACT

The tourist activity in coastal regions, more specifically, in protected areas has become more relevant currently. The research has as its object of study the tourism at the Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. And has as an objective to investigate the tourist activity inside the Reserva based on the concepts of the sustainability dimensions proposed by the author Ignacy Sachs. The study characterizes itself as qualitative and exploratory, using the bibliographic and documental researches, and analyzing based on the theoretical framework of the five sustainability dimensions addressed by Sachs. Given that, the presence of socio-environmental conflicts and territorial use at the region is noted. And it is observed that the Reserva faces problems related to its goals, however there are already some initiatives being taken to mitigate these impacts. Therefore, it is concluded that there is the necessity of an adequate and efficient planning, that involves all interested parties.

Key-Words: Sustainability; Coastal Tourism; Reserva Extrativista Marinha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista do território da RESEX-MAR de AC	11
Figura 2: Mapa geográfico de Arraial do Cabo	26
Figura 3: Fotografia do Mar.....	27
Figura 4: Cor do Mar de Arraial.....	28
Figura 5: Praia do Forno	29
Figura 6: Vista do Mirante do Pontal do Atalaia	29
Figura 7: Praia do Farol.....	29
Figura 8: Mapa da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo	32
Figura 9: Logo da Resex-Mar de AC	33
Figura 10: Reunião do Conselho Deliberativo (11/12/2025).....	34
Figura 11: Divulgação do PROV	38
Figura 12: Objetivos do PROV.....	39
Figura 13: Logo do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo	43
Figura 14: Divulgação do Turismo Comunitário	44
Figura 15: Atividades propostas pelo Turismo Comunitário	46
Figura 16: Pescaria Artesanal na Praia Grande	48
Figura 17: Pesca Artesanal	49
Figura 18: Princípios do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo.....	50
Figura 19: Desembarque dos passageiros das embarcações turísticas.....	52
Figura 20: Superlotação das praias em Arraial do Cabo	55
Figura 21: Mapa de Uso Público das embarcações.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. METODOLOGIA.....	12
2. TURISMO LITORÂNEO, SUSTENTABILIDADE E O TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	13
2.1 Turismo Litorâneo	14
2.2 Sustentabilidade no turismo litorâneo	17
2.3 O Turismo em Unidades de Conservação	22
3. A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO.....	26
3.1 Arraial do Cabo – RJ.....	26
3.2 Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.....	31
3.3 A Atividade Turística dentro da RESEX-MAR de Arraial do Cabo.....	36
4. A ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NA RESEX SOB AS DIMENSÕES PROPOSTAS POR IGNACY SACHS	41
4.1 Sustentabilidade Social.....	42
4.2 Sustentabilidade Econômica	45
4.3 Sustentabilidade Cultural	47
4.4 Sustentabilidade Ecológica.....	51
4.5 Sustentabilidade Territorial.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

O turismo como atividade econômica e social tem se desenvolvido cada vez mais no mundo contemporâneo. As pessoas viajam com diversos objetivos e finalidades, sejam eles eventos, trabalho, conhecer a cultura de um lugar, entender a história de um local, entretenimento, lazer, relaxar e entre outros. Dessas motivações têm-se o que pode ser chamado de segmentação turística. Dentre eles, está o turismo litorâneo, no qual há a presença da água do sol e do calor, que será tratado neste trabalho.

O turismo litorâneo tem como atrativo as praias e os recursos naturais presentes nas áreas costeiras, os visitantes vão à procura de lazer, descanso e veraneio. Essa segmentação é considerada muito relevante dentro do contexto econômico brasileiro, por isso aparecem inúmeras preocupações ambientais e sociais em relação ao local em que a atividade é exercida, por serem considerados ambientes sensíveis.

Diversos autores apontam que a atividade turística cresce de forma rápida e desordenada. Assim, surgem várias discussões sobre a sustentabilidade e a necessidade de planejamento adequado, que visem um equilíbrio entre os benefícios econômicos, sem comprometer os aspectos ambientais e interesses sociais do lugar.

Nesse contexto, as Unidades de Conservação (UC) mostram-se como uma alternativa de preservação. Elas são áreas protegidas por lei, que objetivam a conservação da biodiversidade, das tradições locais e dos recursos naturais de um lugar. As UCs são categorizadas em dois diferentes grupos, as de proteção integral e as de uso sustentável. E dentro da modalidade de uso sustentável, estão as Reservas Extrativistas (RESEX), mais especificamente as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-MAR), na qual serão desenvolvidas nessa pesquisa.

As RESEX são áreas definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que tem o objetivo de proteger os modos de vida, a cultura e as tradições de uma população, ao mesmo tempo que visa o uso sustentável dos recursos naturais. Dentre as existentes no território brasileiro, está a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEX-MAR de AC), que é o objeto de estudo desse trabalho.

Figura 1: Vista do território da RESEX-MAR de AC



Fonte: Site do governo federal, na página da RESEX-MAR de AC

A RESEX-MAR de AC fica localizada no município de Arraial do Cabo, fazendo parte da região dos lagos, no estado do Rio de Janeiro, e é um território turístico muito importante do litoral brasileiro. Ela foi criada em 1997, com o propósito de proteger a pesca artesanal exercida pela população local, com técnicas reproduzidas por muitas gerações, possuindo uma área de 51.601,46ha (Brasil, 2020). Dentro dela, além da pesca artesanal, são permitidas práticas de lazer, visitação e pesquisas.

Esse território possui forte atratividade turística, que cresceu de forma acelerada e desordenada, causando conflitos sociais, ambientais e de uso espacial. Esse contexto pode levar a UC para um caminho contrário aos objetivos de sua criação, ocasionando problemas significativos para a localidade como um todo. Assim, essa pesquisa torna-se relevante para tratar a sustentabilidade que o turismo exerce ou não dentro dessa área, trazendo perspectivas dos impactos, de como ocorre a atividade turística, de questões de preservações culturais e identitárias e da conservação dos recursos naturais, tornando-se interessante no contexto socioambiental e para a academia como um todo.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar a atividade turística dentro da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, a partir dos conceitos das dimensões da sustentabilidade desenvolvidos pelo autor Ignacy Sachs. E como objetivos específicos identificar os principais

impactos ocasionados pelo turismo, analisar a gestão da reserva e verificar quais as medidas de sustentabilidade já são tomadas pela gestão.

O estudo possui um caráter qualitativo e exploratório, utilizando pesquisas bibliográficas e documentais, sendo analisado pelo referencial teórico proposto por Ignacy Sachs. O autor Sachs (1993) aborda as cinco dimensões da sustentabilidade do ecodesenvolvimento, sendo elas a sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade cultural, sustentabilidade ecológica e a sustentabilidade territorial.

Assim, a pesquisa traz em seu primeiro capítulo a metodologia utilizada para alcançar os objetivos. No segundo capítulo trata discussões e conceitos sobre o turismo litorâneo, sustentabilidade e o turismo em unidades de conservação. Em seu terceiro capítulo contextualiza o município de Arraial do Cabo, apresenta a RESEX-MAR de AC e expõe a atividade turística realizada dentro dela. O quarto capítulo abrange a análise do turismo da região, a partir dos conceitos desenvolvido por Sachs. E por fim trará as considerações finais do trabalho.

1. METODOLOGIA

O presente estudo busca analisar a atividade turística na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, com base nos conceitos de sustentabilidade. Caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa, visando compreender o turismo na região. Sampaio (2022) aborda a pesquisa qualitativa de forma que o pesquisador englobe o contexto de pesquisa, e o analise utilizando metodologias que possibilite entender uma determinada realidade. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira e Córdova, 2009, p.34).

Em relação aos objetivos, a pesquisa se configura como exploratória, pois visa aprofundar-se no contexto da sustentabilidade exercida pelo turismo dentro de áreas preservadas. Segundo Sampaio (2022) a pesquisa exploratória tende a ampliar o entendimento sobre a problemática em questão, buscando através disso definir pontos importantes para direcionar o estudo.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização da pesquisa são as pesquisas bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica, segundo Raupp e Bauren (2006) consiste no recolhimento de informações e conhecimentos acerca do tema de estudo, elaborando-o a partir disso. Foram levantados artigos científicos, dissertações, teses e livros que trazem discussões e conceitos importantes sobre o tema trabalhado.

A pesquisa documental corresponde a um método de coleta de dados que a busca das informações é realizada em documentos (Sampaio, 2022). Esses documentos podem ser documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, entre outros, geralmente sem tratamento analítico (Raupp e Bauren, 2006). Essa parte do trabalho abrangeu os documentos oficiais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo; planos, comunicados e normas publicados pelo ICMBio; legislações; e notícias da região.

O objeto de estudo usado na pesquisa é a atividade turística na RESEX Marinha de Arraial do Cabo, com o foco na sustentabilidade e nos impactos que o turismo pode gerar dentro de uma Unidade de Conservação.

Por fim, a análise do objeto de estudo foi feita a partir do referencial teórico apresentado pelo autor Ignacy Sachs, no qual trata as cinco dimensões do ecodesenvolvimento, sendo elas: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade cultural, sustentabilidade ecológica e sustentabilidade territorial. Assim, possibilitando a construção de uma análise completa do turismo desenvolvido dentro da RESEX.

2. TURISMO LITORÂNEO, SUSTENTABILIDADE E O TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O capítulo abordará discussões teóricas acerca do turismo em regiões litorâneas, da sustentabilidade nessas áreas e por fim, a atividade turística dentro de unidades de conservação. Serão expostas diferentes referências que trazem essas questões como pauta, mencionando conceitos e argumentos que evidenciam a grande atratividade, a fragilidade e a necessidade de uma boa gestão nessas localidades.

2.1 Turismo Litorâneo

O turismo pode ser definido como um fenômeno econômico, social e cultural de grande relevância na sociedade contemporânea, estando em constante crescimento (Paula, 2012). Junior (2013), entende o turismo como um conjunto de manifestações, incluindo processos econômicos, referentes aos deslocamentos de pessoas e a permanência em diferentes locais.

Moesch (2005) traz uma abordagem contemporânea que define o turismo como os fenômenos e as relações existentes por trás das viagens; todo o conjunto de serviços e infraestruturas existentes para atender a demanda, e os impactos positivos ou negativos causados em populações receptoras. Araújo (2011, p. 59) expõe que “a invenção do turismo se motiva pela mercantilização do lazer, ou seja, o turismo é organizado como um produto e, por isso, torna-se uma atividade econômica”.

Entende-se então que a discussão pode ser ampla e capaz de abranger inúmeros fatores presentes na atividade turística. Diante disso, o turismo também é visto pela sua diversidade de segmentações, dentre eles, o turismo litorâneo, no qual será discutido a seguir.

Para o Ministério do Turismo (MTur) (2010), ele é reconhecido e composto por um conjunto de atividades turísticas que envolvem entretenimento, lazer e descanso, caracterizadas pela presença de água, e calor, e conseqüentemente a utilização de recursos naturais como atrativos turísticos. Nesse sentido, “a demanda crescente pelo turismo e pelo lazer, especificamente na natureza, é, sem dúvida, uma das tendências mais significativas dos movimentos turísticos na atualidade” (Santos; Schiavetti, 2008, p. 75). Diante disso, Santos e Marinho (2016) ressaltam que, cada vez mais, a atividade turística se estabelece em ambientes naturais, se dando pela alta necessidade do contato com a natureza e a fuga dos tumultos das cidades.

Pereira *et al.* (2019), afirmam a importância de atrativos que despertem o interesse e motivem a visita do local, sejam eles culturais, históricos, naturais ou outros. Nessa perspectiva, em localidades litorâneas, existe então, a apreciação das praias como atrativos turísticos. Percebe-se, segundo Serrano e Bruhns (1997), a necessidade ou desejo contemporâneo de retorno à

natureza, reencontrando-a por meio do turismo, principalmente em suas formas “ecológica” ou “ambiental”.

Honório e Rocha (2020) trazem que o Brasil é beneficiado por sua grande extensão de costa, com 7.408 km. O país também possui uma pluralidade de atrativos naturais, sejam eles praias, lagos, rios e montanhas, além das cidades que possuem atratividade através de uma associação entre elementos culturais e naturais, representando a relevância que o meio ambiente tem no meio turístico, sendo essencial para a economia brasileira. (Silva *et al.*, 2014).

Silva (2008, p. 24) aborda a seguinte afirmação:

(...) o estilo de vida atual tem conduzido as populações a buscarem o contato direto com a natureza, privilegiando destinações cujos ambientes naturais estejam intocados ou com o mínimo de interferência humana. Esta tendência do turismo em suas distintas apresentações - ecoturismo, turismo brando, suave, verde, alternativo, entre outros - ratifica a necessidade das viagens 'ao ar livre' (...)

Pinho, Dantas e Santos (2019) discorrem que essa procura por áreas litorâneas com o intuito de lazer e veraneio, principalmente nos países em desenvolvimento, advém das novas representações do pós-guerra. Já no Brasil, Lima (2011, p. 19-20) defende que:

No Brasil, o mar passa a ser utilizado como valor cênico e paisagístico, a partir da criação do bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. Morar na praia vira moda e esta prática é difundida nos principais centros urbanos litorâneos, transformando-se em um verdadeiro fenômeno social, que utiliza o litoral em geral e orla em particular em suportes para atividades de lazer e turismo.

Segundo a mesma autora, a utilização das praias como atrativo turístico sofreu alterações ao longo dos anos. A praia ainda é a base das atividades turísticas, tornando-se ainda mais um foco de atração para turistas.

A valorização do turismo como forma de desenvolvimento, segundo Pinho, Dantas e Santos (2019), levou a comunidade a notar a rentabilidade e a desenvolver diferentes atividades visando o investimento. A zona litorânea foi descoberta como um importante alvo para investimentos

turísticos, e atualmente desempenha um papel importante nos quesitos ambiental e econômico. Trazendo equilíbrio ecológico, melhor qualidade de vida e favorecendo a economia dos locais que utilizam os recursos naturais como atrativos turísticos (Silva *et al.*, 2014).

Nesse contexto econômico da atividade turística, Silva *et al.* (2014), cita as áreas costeiras com extrema importância econômica e ecológica, e que são cada vez mais procuradas por turistas e exploradas pelas empresas que são responsáveis por atuar e gerir a localidade. Silva *et al.* (2014, p. 26) também pontuam que:

Além de sua importância em aspectos ecológicos, as zonas costeiras possuem uma centralidade na dinâmica econômica das atividades turísticas, tendo em vista que é nos destinos localizados na região litorânea que se localiza boa parte da estrutura turística do Brasil, como restaurantes, hotéis, pousadas, além dos equipamentos visitados, a exemplo de paisagens naturais, cidades históricas, entre outras. Além destas atrações, diversos eventos, festas e festivais, realizados prioritariamente nessas regiões, constituem outro fator que agrega a valorização destes espaços como destinos turísticos.

Essa atividade, de acordo com Honório e Rocha (2020), tem aumentado muito em nível nacional, pelos brasileiros, na preferência e busca pelo lazer no veraneio e na atividade turística nas zonas costeiras, e também em nível internacional, notando o favoritismo de turistas estrangeiros pelos atrativos litorâneos, reafirmando que o litoral brasileiro é o predileto para a prática do turismo.

Pinho, Dantas e Santos (2019) discutem a necessidade do cuidado ao pensar na atividade turística em locais mais fragilizados, principalmente pensando na perspectiva ambiental, como as áreas litorâneas. Frisando a importância de preservar ambientalmente, economicamente e socialmente os destinos turísticos, para que também os problemas ambientais não alterem a função turística do local (Paula, Silva e Faria, 2020).

Sales e Selva (2022, p. 40) afirmam que:

Planejar o turismo envolve identificar as potencialidades e fragilidades do território, preocupando-se com os possíveis impactos que a atividade provocará na paisagem. O conjunto concentração de visitantes e interferências realizadas para atendê-los pode acarretar prejuízos à comunidade anfitriã. É indispensável que suas práticas priorizem o

uso responsável dos recursos naturais e histórico-culturais, sem esquecer as necessidades dos residentes.

Cordeiro (2015), reflete as áreas litorâneas como sensíveis e ressalta a importância de planejar o desenvolvimento turístico, levando em consideração todos os comprometidos na área do turismo e perceber as necessidades para o desenvolvimento do local.

Pensando em um planejamento turístico adequado, Seixas (2020, p. 16) afirma:

Entende-se que um planejamento turístico responsável é de grande relevância à preservação ambiental, cultural, social e econômica de uma localidade. - Então, é necessário que haja uma gestão elaborada no planejamento responsável do turismo e esteja alinhada ao seu desenvolvimento econômico, não gerando conflitos com as atividades econômicas que ali acontecem.

Considerando as discussões acima, é imprescindível que o turismo tenha um planejamento adequado, que leve em consideração todas as esferas envolvidas, para que os impactos negativos sejam diminuídos e haja um turismo mais sustentável.

2.2 Sustentabilidade no turismo litorâneo

A atividade turística estabelece, n áreas litorâneas brasileiras, uma grande interferência sob o contexto socioambiental, principalmente proveniente na economia. O turismo provoca consequências positivas como geração de emprego e renda, e melhoria das infraestruturas, mas também consequências negativas como desigualdades sociais, o crescimento desordenado e a degradação ambiental (Costa, 2011).

A utilização dos espaços costeiros pelo turismo, segundo Honório e Rocha (2020), é algo que ainda precisa ser analisado mais profundamente. Segundo eles, são muitos, os impactos sociais, ambientais e econômicos consequentes do turismo praticado no litoral brasileiro.

Diante disso, Carneiro e Gonçalves (2012, p. 25) também abordam que:

Sempre que o homem apropria-se da natureza, agregando a ela um valor de troca, ou valor de uso, como é o caso da atividade turística, ocorrem uma série de transformações, tanto do ponto de vista social, como ambiental. No turismo, a natureza é apropriada e vendida como um atrativo turístico é o chamado atrativo natural. Praias, serras, rios, lagoas, falésias são apropriadas pelo turismo e muitas vezes exploradas, degradadas e, então, abandonadas pela atividade turística, gerando várias transformações socioambientais nos ambientes onde se instala.

Consequentemente, o turismo traz um crescimento acelerado e desordenado nos locais receptores, notando problemas como a destruição do ambiente, escassez de infraestruturas básicas, equipamentos e serviços, e pôr fim a sazonalidade turística (Honório e Rocha, 2020).

Carneiro e Gonçalves (2012), pontuam que mudanças no meio ambiente, estão relacionadas à devastação dos ecossistemas naturais, como a contaminação dos rios e mares, alteração na biodiversidade da fauna e flora, ocupação de locais mais vulneráveis como as grandes construções nas faixas de areia e dunas e a poluição sonora dos locais.

Silva *et al.* (2014, p. 28) sobre as consequências ambientais, apontam que:

Impactos ambientais podem ser observados em escalas variadas, desde a superexploração dos recursos naturais, como a água, passando pelo desmatamento da vegetação costeira para construção de empreendimentos e residências, bem como os impactos físicos (a exemplo do pisoteamento do solo e de recifes de corais), até aqueles de caráter social (aumento da população local, levando à mendicância, delinquência, dificuldade de controle social e acesso a serviços públicos como saúde e educação).

No contexto social da atividade turística, Carneiro e Gonçalves (2012), também alegam que quando turistas entram em contato com a comunidade local, acontece um choque, principalmente cultural. Na maioria dos lugares, a população adota os costumes dos visitantes, visando uma melhor integração social e com receio de não ser aceita pelos mesmos. Costa (2011), ainda afirma que os moradores de lugares turísticos passam por toda a transformação do lugar, alterando também sua forma de viver, e por fim, ainda é abandonado pela atividade e suas implicações.

Os autores Honório e Rocha (2020, p. 171), concordam com os outros autores, trazendo a seguinte perspectiva:

Quando o turismo se insere nas comunidades de forma predatória, os habitantes locais ficam à margem desse processo e passam também a ser afetados por mazelas sociais antes não enfrentadas: tráfico e uso de drogas, prostituição, descaracterização da cultura local para se “adequar” aos visitantes, dentre outros efeitos negativos. Para que esses impactos sejam evitados, torna-se essencial a participação popular na condução das políticas públicas de turismo locais.

A degradação dos ambientes litorâneos provocada pela intensa e crescente atividade turística sem o planejamento adequado, vem ocasionando destruição dos ecossistemas e prejudicando populações locais (Munari, Assunção e Menezes, 2018). Assim, Sales e Selva (2022), defende que para que a atividade turística não acentue os impactos negativos, o planejamento precisa ocorrer de forma comum, incluindo as políticas e os atores que participam ativamente do setor ou que sofram os impactos, considerando que a qualidade da gestão influencia significativamente no desenvolvimento e na sustentabilidade dessa atividade.

Diante disso, ao falar dos impactos provenientes do turismo, Medeiros (2013, p. 211) discorre que:

Para tal questão, é de grande relevância a prática de reflexões e discussões sobre os impactos oriundos da atividade turística sobre o patrimônio natural, apontando propostas para minimizar os impactos negativos e aperfeiçoar os impactos positivos, enfatizando que o turismo não apenas traz impactos negativos, mas que existe vantagem em se desenvolver a atividade.

De acordo com as autoras Albuquerque e Pedrosa (2004), as principais alternativas de investimento da atividade turística nas zonas litorâneas, mostram uma tendência constante em ultrapassar a capacidade de carga e equilíbrio desses lugares, demonstrando preocupação, pelos impactos ambientais ou pela pressão de insuficiência de infraestruturas. Surge então, a necessidade de repensar o setor de forma sustentável, fomentando um desenvolvimento equilibrado e responsável.

Diante disso, Silva *et al.* (2014, p. 27), abordam a seguinte reflexão:

A questão que se coloca então é: como equalizar esse crescente processo de chegada e interferência humana na paisagem e no meio ambiente da zona costeira oportunizada pelo turismo a uma postura de conservação e preservação ambiental de forma sustentável?

Considerando as afirmativas e indagações dos autores, pode-se relacionar à necessidade de um turismo mais sustentável, que é definido por Medeiros (2013) como uma forma de manter a atividade sem agressões ao meio ambiente, satisfazendo ao mesmo tempo, os turistas e os locais receptores, e atendendo a economia, a sociedade e o ambiente, considerando também os aspectos culturais, biológicos e ecológicos do local.

Albuquerque e Pedrosa (2004), tratam o turismo sustentável como uma nova tendência, ressaltando a necessidade, do ponto de vista natural e cultural, de exercê-lo, pensando principalmente no uso e ordenamento correto dos locais. Para Hafermann (2004), o turismo sustentável significa uma prática mais responsável, com a diminuição dos problemas ambientais ou socioculturais, que a qualidade do ambiente seja melhorada ou preservada, simultaneamente à satisfação do turista e das vantagens econômicas.

Medeiros (2013, p. 200) faz uma abordagem reflexiva acerca da atitude de um turismo sustentável:

A atitude de um turismo sustentável vai ao encontro do desenvolvimento de uma atividade que expressa em todos os seus momentos a consciência humana com seus efeitos. Não há mais como afirmar a inexistência das consequências, por vezes negativas, de práticas galgadas em visões simplesmente econômicas, principalmente no que diz respeito ao meio ambiente, reconhecendo a limitação dos recursos naturais a serem explorados. Da mesma forma, não se pode esquecer o vínculo humano com sua cultura, com suas tradições, com sua história e colocar abaixo o cenário e organização social constituída na heterogênea sociedade contemporânea.

O turismo sustentável então, trata de um desdobramento mais consciente, considerando também as consequências, de uma atividade turística que dá relevância apenas para o lado econômico, voltado para o aumento de lucros e renda. Diante disso, faz-se valer o viés cultural, onde não se perca costumes, tradições e valores históricos das comunidades receptoras com grande demanda turística. (Medeiros, 2013).

A sustentabilidade no turismo é definida por Pinho, Dantas e Santos (2019) como uma alternativa para que as características naturais e culturais sejam preservadas. É possível então, com a implementação de práticas sustentáveis, garantir um bom fluxo de turistas e consequentemente gerar retornos sociais para as pessoas que dependem financeiramente do turismo.

Os autores Honório e Rocha (2020) trazem que ao ver o turismo como uma maneira para o desenvolvimento das áreas litorâneas, é necessário pensar em formas que deem atenção a especificidade de cada local, nos âmbitos ambientais e socioculturais. Pode-se pensar em estratégias a serem aplicadas nos destinos, com o objetivo de torná-lo mais sustentável, como a criação de projetos de educação ambiental, envolvendo turistas e a comunidade local, o controle do fluxo de turistas em conjunto com análises da capacidade de carga e o incentivo à criação de áreas de preservação, entre outras.

Hafermann (2004), defende que achar o equilíbrio entre os vieses envolvidos, os interesses econômicos e a preservação socioambiental, não é fácil, principalmente ao considerar a subjetividade, os critérios e a falta de políticas ambientais e turísticas adequadas. A autora ressalta também a importância da gestão se atentar às particularidades das características de cada local. A relevância e os efeitos do turismo diferem de situação para situação, significando que a atividade deve ser considerada, conforme a circunstância (Albuquerque e Pedrosa, 2004).

Para Silva *et al.* (2014), dentro do turismo sustentável a percepção ambiental tem uma grande importância, considerando que é o principal instrumento para a criação de estratégias para uma melhor compreensão da forma em que se vive e a sensibilização das pessoas para as condições e do local e a importância de preservá-lo. Silva *et al.* (2014, p. 35) também pontuam que:

A partir da forma como comunidades locais, turistas, empresários e gestores percebem o ambiente que os cerca e os fatores condicionantes do tipo de vida que se desenvolve nesse espaço, é possível propor alternativas para lidar com problemas ou potencializar soluções que possam construir e garantir uma qualidade de vida melhor para o meio ambiente em si, e também para as populações que vivem dele.

Albuquerque e Pedrosa (2004) dissertam que precisa haver uma preocupação em preservar os recursos existentes, pois se não poderá surgir uma ameaça ao desenvolvimento econômico e sustentável da atividade turística. Precisa-se então, que tanto a comunidade local como os turistas

e gestores locais encontrem-se sensibilizados para que ocorra a conservação e proteção dos recursos naturais e culturais, de forma que o interesse turístico e o desenvolvimento econômico permaneçam.

Assim, o planejamento e a prática do turismo de uma maneira sustentável é considerado como um grande obstáculo, Medeiros (2013), justifica esse desafio pela presença de um aumento descontrolado da atividade, onde em sua maioria leva ao esgotamento dos recursos, à descaracterização cultural e ao desequilíbrio social. Diante disso, o percurso a sustentabilidade precisa ser uma decisão conjunta, envolvendo a política e a sociedade, levando em consideração que isso não é estabelecido rapidamente, e sim com um longo caminho de mudanças de pensamentos e atitudes.

Assim, Albuquerque e Pedrosa (2004), referem-se à sustentabilidade como uma alternativa a longo prazo, defendendo que o desenvolvimento sustentável só será alcançado quando começarem a sentir as mudanças aplicadas em diferentes setores. Para isso, faz-se necessário a ação imediata, pensando em conquistar um futuro sustentável o mais rápido possível.

Costa (2011), afirma que o contexto do turismo deve ser compreendido como forma a possibilitar um seguimento econômico e social adequado, em conjunto com os diversos setores envolvidos, objetivando a preservação do patrimônio natural e social, em um vínculo não predatório. É preciso então, encontrar formas viáveis e eficientes que visem um turismo mais responsável, para que atenda as demandas de todas as partes envolvidas na atividade, pensando sempre em garantir a diminuição dos impactos negativos.

2.3 O Turismo em Unidades de Conservação

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) define as Unidades de Conservação (UCs) como áreas naturais importantes dentro do território brasileiro, que são protegidas por leis e tem como objetivo a proteção da biodiversidade local. Silva (2013) afirma que as UCs são instrumentos criados com vários intuitos, sendo eles a preservação da biodiversidade nos ecossistemas, dos recursos naturais e da cultura local.

O entendimento atual de áreas protegidas se iniciou com o Parque Nacional Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, que foi criado com o objetivo de conservação histórica e cênica, e visando também, atividades de lazer (Simonetti e Nascimento, 2012). Segundo Costa¹ (2002, *apud* Simonetti e Nascimento, 2012), no Brasil, a primeira ideia da instalação de uma área protegida surgiu em 1876, motivado pelo Parque Yellowstone. Mas o primeiro parque nacional brasileiro foi criado apenas em 1937, no Rio de Janeiro, conhecido como Parque Nacional de Itatiaia.

Algum tempo depois, surge a necessidade de um sistema de gestão coerente e unificado (Fonseca, Lamas e Kasecker, 2010), assim em 2000, foi publicado o Serviço Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o intuito de organizar a gestão do território, através da implementação de áreas protegidas (Simonetti e Nascimento, 2012).

O SNUC é estabelecido pela Lei nº. 9.985, de julho de 2000, e tem como objetivos principais, definidos no Art.5º, colaborar com a preservação da diversidade biológica e dos recursos genéticos, viabilizar o desenvolvimento sustentável e preservar os recursos naturais necessários à subsistência da população tradicional (Brasil, 2000).

As UCs são separadas em dois grupos principais, de acordo com a sua utilização: as de proteção integral e as de uso sustentável. As unidades de proteção integral têm como objetivo a preservação da natureza e é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. Já as unidades de uso sustentável têm como princípio conciliar a proteção da natureza com o uso sustentável de uma parte dos recursos naturais existentes no território. O SNUC estabelece que a categoria de proteção integral é composta por: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. E se enquadram à categoria de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Fonseca, Lamas e Kasecker, 2010).

De acordo com Moraes *et al.* (2024), a UC de uso sustentável por permitir a presença humana e o uso consciente dos recursos naturais, colabora com a possibilidade de atividades relacionadas a visitação para lazer, recreação e turismo. Sendo assim, as UCs que tem como intuito

¹ COSTA, Patrícia Côrtes. Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

a conservação ambiental, quando a legislação permitir, torna-se possível a prática do turismo, e o uso do território de forma sustentável (Pereira, Silva e Oliveira, 2023).

Lopes e Santos (2014) abordam que o desenvolvimento da atividade turística como estratégia econômica está relacionada à sua paisagem e às características naturais presentes nos locais onde o turismo é incentivado. E cada vez mais tem se utilizado a natureza como forma de atrair mais turistas. Essa atividade vem sendo desenvolvida em áreas naturais belíssimas e de riquíssimas paisagens, no qual acreditam que seja uma forma menos prejudicial ao ambiente, tornando-se uma alternativa de promoção à conservação ambiental (Trindade, 2017).

Sobre a visitação em áreas protegidas Simonetti e Nascimento (2012, p. 179) comentam que:

A visitação pública, entendida aqui como a possibilidade de desenvolver o segmento turístico nas áreas protegidas, trata-se de uma estratégia que pode ser mais estimulada, objetivando potencializar os benefícios do turismo. Além disso, o turismo em áreas protegidas deve ter o planejamento como elemento chave para que os impactos que o ambiente possa sofrer sejam minimizados.

O turismo em UCs vem acontecendo de forma significativa em muitos lugares (Trindade, 2017), mais especificamente no Brasil, percebe-se um crescimento relevante da visitação em áreas naturais, se destacando como uma atividade favorável a esses locais (Simonetti e Nascimento, 2012). Pereira, Silva e Oliveira (2023) acreditam que a atividade turística tende a afetar negativamente ou positivamente esses territórios, necessitando assim, de meios que visem a sustentabilidade.

Trindade (2017, p. 25) também afirma que:

Observa-se que existem muitas experiências de atividade turística em UC, pois isso tem colaborado para conservar as áreas protegidas e promover uma maior aproximação dos visitantes com esses espaços, porém é preciso ressaltar que para inserir o turismo dentro dessas áreas e fazer com que ele se desenvolva de forma harmônica, sem causar nenhum dano aos processos ecológicos, as comunidades residentes e ao entorno, ainda é um desafio para a gestão das UC.

Moraes *et al.* (2024), defendem então que, a realização do turismo em áreas naturais protegidas acompanhado de uma gestão adequada, podem resultar em métodos relevantes para o entendimento e para a contribuição efetiva na preservação e no reconhecimento da natureza e cultura local, e consequentemente, o desenvolvimento de uma gestão adequada desses ambientes.

Um planejamento apropriado e uma boa gestão desses territórios com a pretensão de um turismo mais sustentável, surgem então, segundo Canizo *et al.* (2025), com o intuito de que os recursos naturais da UC sejam preservados, que a cultura e a história local sejam enaltecidas e que os visitantes tenham uma experiência agradável. Lopes e Santos (2014), defendem que para isso, deve-se considerar a especificidade de cada local, identificando a capacidade de cada área, atentando-se às competências e principalmente à utilização sustentável dos recursos.

Pensando nisso, Trindade (2017) sugere- que a visitação nesses territórios seja de cunho educativo, que incentivem condutas conservacionistas, que respeitem a comunidade, buscando a diminuição efetiva dos impactos negativos.

A população local é considerada uma parcela muito significativa dentro desse contexto. Dessa forma, Moraes *et al.* (2024) aborda que é necessário preocupar-se não apenas para os turistas, mas também com a comunidade que está dentro ou ao redor da unidade, sendo em sua maioria, povos tradicionais. Trindade (2017, p. 28) acrescenta que:

É importante destacar que o turismo é uma alternativa viável para o desenvolvimento de muitas comunidades, principalmente como uma atividade complementar, pois proporciona experiências de grande riqueza e valor, possibilitando ao indivíduo uma forte interação com o meio que os cerca. Então é essencial que os gestores de áreas protegidas incentivem a comunidade local, ajudando estas na capacitação, cursos, oficinas e entre outros a fim de desenvolverem atividades turísticas de forma adequada.

Canizo *et al.* (2025) reforça esse pensamento afirmando que o envolvimento comunitário em projetos turísticos é de extrema importância, levando em conta que seus princípios visem uma melhor qualidade de vida da comunidade local.

Segundo Fabiano (2011), percebe-se então, que a atividade turística exerce um domínio sobre os locais em que se insere, podendo afetar negativamente ou positivamente o lugar como um todo, dependendo de sua fragilidade. Assim, é indispensável um planejamento adequado, no qual

o turismo pode sim fomentar estratégias de enfrentamento à degradação do ambiente, “desde que esteja inserido em políticas públicas voltadas para esse fim” (Fabiano, 2011, p. 112).

Por fim, nota-se que o turismo exercido dentro de uma UC deve estar relacionado a sustentabilidade local, pensando sempre na conservação dos recursos naturais existentes, e na inserção da população tradicional, buscando sempre preservar e valorizar a cultura e a história da comunidade. Para isso, é fundamental que a gestão desses lugares esteja sempre voltada para ações que visem o respeito e a proteção desses locais como um todo.

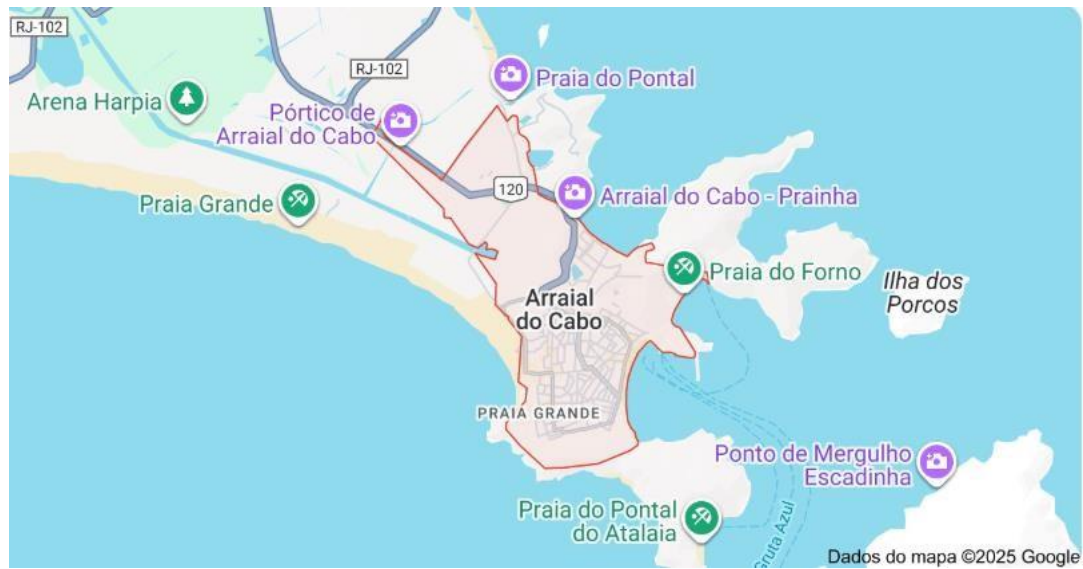
3. A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO

Apartir das discussões anteriores, esse capítulo trará a apresentação do objeto de estudo, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Contextualizando a região em que ela está inserida, apontando suas principais características, seus princípios e objetivos como uma reserva extrativista, e por fim abordando os pontos principais da visitação dentro da unidade de conservação.

3.1 Arraial do Cabo – RJ

Arraial do Cabo está localizada no litoral do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na microrregião dos Lagos. Seus municípios vizinhos são: Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio e está situada a 165km da capital Rio de Janeiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui uma área territorial de 152.106 km² e sua população no último censo em 2022, era de 30.986 habitantes. “No âmbito do turismo, pertence à região turística da Costa do Sol, também conhecida como região dos lagos” (Carneiro e Fratucci, 2018, p. 55).

Figura 2: Mapa geográfico de Arraial do Cabo



Fonte: GoogleMaps

Segundo Ramos *et.al.* (2024), Arraial do Cabo, como revela no seu próprio nome, é um pedaço de terra que entranha no mar, sendo de fato um cabo. Possui um conjunto de praias e enseadas, que estão entre as mais bonitas do mundo. A cidade é também dos lugares mais visitados por turistas que buscam o contato com a natureza e principalmente praias paradisíacas. É famosa também pelo mergulho e pela pesca, conta com praias de águas cristalinas, com uma abundante vida marinha e paisagens fantásticas. Paulino (2016) aborda que a diversidade da fauna marinha advém de um fenômeno oceanográfico chamado ressurgência, que é a subida de águas profundas, para regiões menos profundas do mar. De acordo com Fabiano (2011, p. 101):

A Ressurgência também é responsável pela tonalidade azul turquesa encontrada em alguns pontos do oceano e, dependendo da profundidade, esse azul torna-se ainda mais intenso, criando efeitos surpreendentes até mesmo para aqueles que já estão acostumados a circular por essas águas.

Figura 3: Fotografia do Mar



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 4: Cor do Mar de Arraial



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Seu litoral é cortado pelas maravilhosas praias, costões rochosos e enseadas, contam com as praias centrais: Prainha, Praia do Forno, Praia dos Anjos e Praia Grande; ao norte: Praia do Pontal; ao leste: Prainhas (no continente) e Praia da Ilha ou Praia do Farol (na Ilha de Cabo Frio) e ao oeste: em continuação a Praia Grande está a Praia da Massambaba (Melo *et.al.*, 2009).

Os principais atrativos de Arraial do Cabo são as praias do pontal do Atalaia, a Praia o Forno, o mirante do Pontal do Atalaia, a Praia Grande, a Praia do Farol, e a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, que é considerada a padroeira da cidade.

Figura 5: Praia do Forno



Fonte: Tripadvisor

Figura 6: Vista do Mirante do Pontal do Atalaia



Fonte: Tripadvisor

Figura 7: Praia do Farol



Fonte: Guia de destinos – Melhores destinos

Os passeios de barco também são considerados uma importante atividade dentro do turismo e atraem muitos turistas hospedados em Arraial ou em cidades vizinhas. Os passeios são oferecidos

por diversas empresas e todos eles saem da Marina dos Pescadores, levando a algumas das principais praias da cidade.

Há também os mergulhos, no qual as empresas oferecem experiências tanto para iniciantes, quanto para pessoas mais experientes. Arraial do Cabo recebeu também o título da Capital Nacional de Mergulho pela Lei 14.716/23, crescendo ainda mais o fluxo turístico da cidade (Alves, Moraes e Siqueira, 2025).

Outra prática de grande importância para o município são as pescas artesanais, que além de uma significativa atividade econômica, são consideradas patrimônio cultural do lugar (Fabiano, 2011). A pesca artesanal também é um atrativo turístico relevante, “vários turistas se reúnem na Praia Grande para assistir o arremesso das redes e a chegada das pequenas embarcações com os peixes” (Paulino, 2016, p. 8).

A localidade tem seu histórico baseado em momentos econômicos específicos que modificaram e ainda modificam toda a sociedade. Sendo eles a pesca, a construção, o funcionamento e o declínio da Álcalis (Companhia Nacional de Álcalis — CNA) e a atividade turística (Carneiro e Fratucci, 2018). A pesca constituiu a principal forma de sustento da população cabista (gentílico de Arraial do Cabo) até metade da década de 1950. Logo depois, a Álcalis foi construída e a indústria se tornou, além da pesca, uma fonte de renda relevante para a população local. Algum tempo depois, a indústria entrou em declínio e assim a atividade turística foi impulsionada, e hoje, as principais atividades econômicas do município são o turismo, a atividade portuária e a pesca (Carneiro e Fratucci, 2018).

De acordo com Ramos *et.al.* (2024) Arraial do Cabo foi considerada distrito de Cabo Frio durante muito tempo, sendo emancipada apenas em 13 de maio de 1985. Em novembro do mesmo ano, foi eleito o primeiro prefeito, que assumiu em janeiro do ano seguinte. Hoje, Monte Alto, Figueira, Parque das Garças, Sabiá, Pernambuco, Novo Arraial e Caiçara são os distritos pertencentes ao município.

Arraial do Cabo, em sua maioria, está localizada em áreas protegidas que se fundamentam em princípios da sustentabilidade, propondo que as próximas gerações possam desfrutá-las e garantir seu sustento (Alves, Moraes e Siqueira, 2025). Sendo assim, percebe-se a grande importância local e a necessidade de conservação, que será discutida a seguir.

3.2 Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo

Dentro do contexto das Unidades de Conservação de uso sustentável, estão inseridas as Reservas Extrativistas (RESEX), que tem como objetivo, segundo o SNUC, a proteção dos modos de vida e da cultura das populações tradicionais, buscando também, o uso sustentável dos recursos naturais existentes. As visitas de uma RESEX são concedidas na condição que o interesse local e o Plano de Manejo da unidade sejam respeitados.

Contextualizando, o modelo de RESEX conhecido hoje, é uma consequência de um movimento realizado pelos seringueiros da Amazônia, liderados por Chico Mendes, que teve uma importante liderança nas batalhas de defesa da floresta e questões fundiárias (Trindade, 2017). Entretanto, oficialmente as reservas extrativistas só foram instituídas em 1990 pelo Decreto 98.897, e começaram a fazer parte do Programa Nacional de Meio Ambiente do Governo Federal (Figueiredo, 2007).

Segundo Figueiredo (2007), as RESEX são consideradas por lei, áreas de domínio público usadas pelas populações tradicionais, que tem sua subsistência fundamentada no extrativismo, na agricultura de subsistência ou na criação de animais de pequeno porte. São vistas também como locais de interesse ecológico, social e de preservação.

De acordo com a mesma autora, Figueiredo (2007), quando essas reservas são encontradas em áreas litorâneas, e sua extensão vai além dos espaços florestais, abrangendo também regiões marinhas e manguezais, esses territórios são nomeados de Reservas Extrativistas Marinhas, ou também conhecidas pelo termo RESEX-MAR. As RESEX-MAR são consideradas uma subcategoria das reservas extrativistas e são utilizadas, em sua grande maioria, principalmente por pescadores.

Arraial do Cabo, cidade litorânea do estado do Rio de Janeiro, está situada em sua maioria, dentro de áreas preservadas, que tem como princípio a sustentabilidade (Alves, Moraes e Siqueira, 2025). Mais especificamente na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEX-MAR de AC), que sendo uma UC de Uso Sustentável, tem como principal objetivo estabelecer um

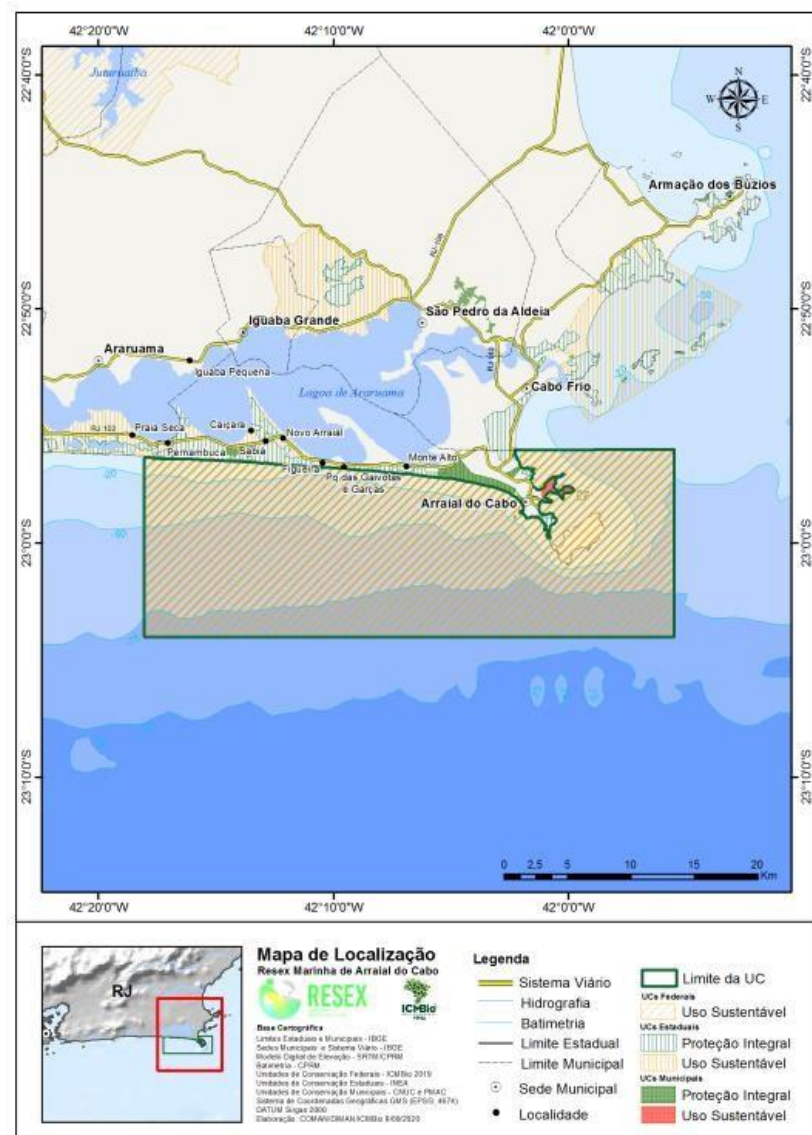
equilíbrio entre a natureza e a sociedade, ao mesmo tempo promover a harmonia entre as atividades humanas e a preservação da biodiversidade (Brasil, 2020).

As discussões para a criação da RESEX-MAR de AC surgem a partir da percepção de ameaças decorrentes do crescimento de pescas predatórias, do fluxo turístico nas altas temporadas, das operações no Porto do Forno e a poluição frequente das praias (Cunha, 2017). Diante disso, a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA) iniciam conversas, mobilizações e conscientizações para a proteger a área marinha (Mendonça, Moraes e Costa, 2013).

Assim, a RESEX-MAR de AC foi estabelecida em 1997 com o intuito de resguardar a tradicional cultura da pesca artesanal de Arraial do Cabo. A RESEX:

Está localizada no município de Arraial do Cabo, estado do Rio de Janeiro, compreendendo um cinturão pesqueiro entre a praia de Massambaba, na localidade de Pernambuco e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo. A área total da UC é 51.601,46 ha, sendo que sua área marinha (50.815,55 hectares) foi concedida pelo ICMBio à Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Aremac) por meio de Contrato de Concessão ao Direito Real de Uso (CCDRU) (Brasil, 2020, p. 10).

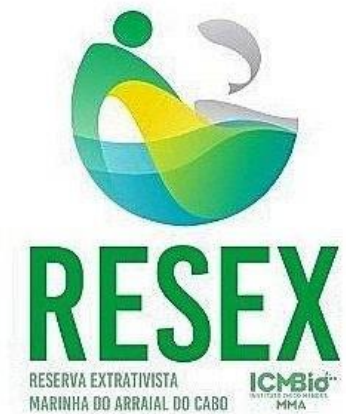
Figura 8: Mapa da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo



Fonte: Plano de Manejo da Resex-mar de AC

A reserva visa principalmente a preservação da fauna marinha e a proteção dos recursos que são utilizados especificamente na pesca artesanal realizada no município (Silva, 2018). Araujo (2019) expõe que dentro dela é possível realizar também atividades de pesquisa, lazer, visitação, educação ambiental e recreação.

Figura 9: Logo da Resex-Mar de AC



Fonte: Página oficial do Instagram da Resex-Mar de AC

A gestão das RESEX-MAR é realizada através do Conselho Deliberativo, que é composto por representantes de órgãos públicos, organização da sociedade civil e das populações locais (Trindade, 2017). De acordo com o ICMBio o Conselho é encarregado de desenvolver um regimento interno e plano de ação; participar da elaboração, aplicação e verificação do Plano de Manejo da RESEX, buscando um caráter participativo; procurar estabelecer relações com outras áreas protegidas, e outros.

Na RESEX-MAR de AC, o Conselho Deliberativo foi instituído apenas no ano de 2010, juntamente com a AREMAC, e tem como responsabilidade gerir, chamar assembleias, fiscalizar e consolidar as leis para o cumprimento das finalidades da UC (Silva, 2018). O conselho conta com alguns Grupos de Trabalho (GT) ativos como: GT da Pesca, GT Cadastro e Perfil, GT da Maricultura e GT do Turismo (Brasil, 2020).

A última homologação do conselho da RESEX foi feita em 2022, atestando que o Conselho Deliberativo da RESEX-MAR de AC é composto por: órgãos públicos ambientais (dos três níveis da Federação); órgãos do Poder Público de áreas afins (dos três níveis da Federação); instituições de ensino, pesquisa e extensão; representantes dos pescadores beneficiários da UC; setor do turismo; setor de infraestrutura e setor dos trabalhadores marítimos.

Figura 10: Reunião do Conselho Deliberativo (11/12/2025)



Fonte: Página oficial do Instagram da RESEX-MAR de AC

O Plano de Manejo (PM) de uma UC é um documento técnico onde é determinado o zoneamento e as normas a serem seguidas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais. É considerado uma ferramenta fundamental para a gestão de uma UC, “pois constitui o seu documento oficial de planejamento, definindo quais usos serão desenvolvidos na UC, bem como onde e de que forma os usos poderão ocorrer” (Brasil, 2020, p. 6).

Na construção do PM da RESEX-MAR de AC, no próprio Plano (Brasil, 2020, p. 6) consta que:

Para a elaboração do PM da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo (Resexmar-AC), foi adotada a metodologia estabelecida pela Instrução Normativa do ICMBio 7/2017. Ela prevê a realização de uma oficina, com cerca de 25 participantes com amplo conhecimento sobre a área, para construir o conteúdo do plano de manejo, apoiada por um guia do participante, que é um caderno de orientações sobre a oficina com informações específicas da UC, previamente preparado.

Dessa forma, essa oficina aconteceu de 21 a 25 de maio de 2018, utilizando um método participativo, envolvendo 33 atores-chave e 29 observadores, sendo representantes do conselho, da comunidade, de servidores do ICMBio, de órgãos municipal e estadual, de operadores de turismo, entre outros (Brasil, 2020).

O Plano de Manejo da RESEX-AC foi publicado então em setembro de 2020 e tem como propósito:

A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, situada ao longo do cinturão pesqueiro, desde a Pernambuco até a Praia do Pontal, em área privilegiada pela variedade de correntes marítimas e pelo fenômeno da ressurgência, foi criada para proteger o modo de vida do pescador tradicional de Arraial do Cabo, beneficiando as gerações presentes e futuras, conservando os ecossistemas e permitindo a geração de trabalho e renda também com outras atividades tradicionais de forma equânime (Brasil, 2020, p. 12).

Percebe-se então, a criação, a estrutura, o funcionamento e a documentação da RESEX-MAR de AC. Para finalizar, cria-se uma reflexão sobre a data da instituição da reserva em relação, por exemplo a publicação do PM, entre outros pontos que serão comentados nos capítulos seguintes.

3.3 A Atividade Turística dentro da RESEX-MAR de Arraial do Cabo

A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo é considerada uma Unidade de Conservação da categoria de Uso Sustentável, dessa forma a visitação é permitida desde que as circunstâncias descritas no Plano de Manejo sejam consideradas.

A RESEX-MAR de AC está localizada no ambiente marinho do município de Arraial do Cabo englobando uma grande faixa da costa em direção ao mar (Fabiano, 2011). A cidade é bastante conhecida pela belíssima natureza, com águas transparentes, costões, areias brancas, corais e riquíssimas flora e fauna marinha (Brasil, 2020). E embora a reserva ter como princípio proporcionar a pesca artesanal como manejo sustentável, a atividade portuária, o turismo, esportes náuticos e pesquisas também acontecem na região (Mendonça, Moraes e Costa, 2013).

Os visitantes da RESEX são fortemente atraídos pelas praias com o mar de águas belíssimas e, conseqüentemente, o lazer é visto como principal motivo do fluxo turístico da cidade (Fabiano, 2011). A autora Aguiar (2018, p. 85) acrescenta que:

É uma região de águas cristalinas, de excelente balneabilidade e com areias claras, cenário perfeito para atividades turísticas marinhas, fotográficas e submarinas. Além disso, tem vento predominante de nordeste e microclima semiárido, resultando num volume baixo de pluviosidade, garantindo assim que as atividades turísticas possam acontecer durante o ano todo, com aumento no período do verão. Esse período se estende até meados do mês de abril.

Silva (2018, p. 18) aborda que “a natureza do litoral, que se encontra em boa parte “protegido” possui forte apelo turístico, pois favorece recreação familiar, descanso, entretenimento, contemplação da paisagem e prática de esporte”. De acordo com o PM da reserva (Brasil, 2020), as principais potencialidades e modalidades turísticas são: passeio de barco; pesca esportiva e amadora; mergulho recreativo e snorkel; esportes aquáticos como surf, caiaque, banana boat e stand-up; e o ecoturismo.

Nos meses de alta temporada, a região recebe um grande fluxo de turistas suficiente para maximizar os lucros dos empreendedores turísticos. (Fabiano, 2011). Segundo a mesma autora, Fabiano (2011), a beleza natural em conjunto com a implantação da rodovia Via Lagos e a constante divulgação nos principais meios de comunicação, resultou em um aumento importante de visitantes na região, tendo como foco principal, os passeios de barco de Arraial do Cabo.

Do ponto de vista turístico, há uma grande oferta de passeios náuticos e mergulhos recreativos, que tem tido um papel relevante para a economia local, fazendo com que alguns pescadores abandonem sua profissão e comecem a trabalhar na área do turismo (Mendonça, Moraes e Costa, 2013).

Segundo o Relatório de Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais realizado pelo ICMBio em 2022, a RESEX-MAR de AC esteve na 6ª colocação, com 711.722 de visitantes, sendo a única reserva extrativista dentre os dez primeiros colocados.

A RESEX-MAR de AC possui um Plano de Utilização publicado no ano de 1999, que consistem em um documento que visa a sustentabilidade da reserva, através de regras de utilização

dos recursos naturais e abordando comportamentos a serem seguidas. Segundo o Plano, no aspecto turístico, as condutas são: projetos relacionados a atividade turística serão administrados pela AREMAC, contando com outros órgãos quando necessário; as embarcações deverão ter acompanhamento de um profissional treinado para a conscientização e preservação do meio ambiente; a AREMAC deverá criar um fundo direcionado para o ecoturismo, através de taxas e outros; a AREMAC será responsável por permitir e direcionar os esportes náuticos nas praias; e os empreendimentos ou pessoas que tiverem nas praias atividades recreativas pagas, deverão desembolsar uma taxa definida pela AREMAC.

É importante ressaltar também um tópico presente no Plano de Manejo da unidade, (Brasil, 2020), contendo uma análise voltada para a atividade turística, no qual aborda necessidades no manejo da RESEX como: monitoramento da visitação, plano de fiscalização, plano de redução de impactos, planejamento de uso público contendo normas voltadas para o turismo, programas de educação ambiental, plano de organização das áreas de fundeio, e um novo estudo da capacidade de carga de embarcações turísticas.

A análise também levanta as ameaças das belezas naturais e do potencial turístico como: falhas na fiscalização, aladores industriais, passeios de barco de outras cidades, esgoto lançado na Praia dos Anjos, turismo desordenado sem controle e regras suficientes e o aumento do número de embarcações autorizadas pelo ICMBio.

Por fim, é de extrema importância citar o Protocolo Operacional da Visitação (PROV) instituído em 2025, que é outro documento relevante da RESEX, que contém normas de organização para a visitação dentro da reserva, que visa adequar o turismo com a conservação do ambiente e o modo de vida tradicional dos pescadores.

Figura 11: Divulgação do PROV



Fonte: Página oficial do Instagram da RESEX-MAR de AC

Figura 12: Objetivos do PROV



Fonte: Página oficial do Instagram da RESEX-MAR de AC

O PROV é responsável por definir diretrizes que orientem os visitantes, os prestadores de serviço, a população local e os gestores da região. As minutas do PROV abordam pontos sobre

utilização de equipamentos de som, definições operacionais acerca da visitação e fechamento e/ou abertura temporárias de vias.

A Minuta nº 01/2025 do Protocolo Operacional da Visitação, na página 1, discute que:

Anualmente, entre os dias 01 de junho e 31 de agosto, fica proibido o uso de equipamentos de som nas embarcações que realizam o transporte aquaviário de turistas a partir do 'boqueirão' até o 'bufador', na rota do passeio náutico da RESEX Marinha do Arraial do Cabo (conforme mapa em anexo). A utilização de microfones será permitida, em volume moderado para que seja ouvido apenas dentro da embarcação.

A Minuta nº 02/2025 do Protocolo Operacional da Visitação, na página 1, aborda o seguinte aspecto:

Fica proibida a prática de surf e stand up na Praia Grande e Praia do Pontal, Arraial do Cabo/RJ, sempre que houver canoa em atividade. Na Praia Grande, tal proibição será aplicada do Canto Esquerdo, onde estão localizados os paióis de pesca até a localidade conhecida como 'Árvore do Nazário' e na praia do Pontal, a proibição será do Canto Direito até a volta da Praia (conforme mapa em anexo). Os pescadores da região serão orientados pela equipe do ICMBio a respeito dos procedimentos da primeira abordagem ao surfista e em caso de descumprimento o ICMBio poderá ser acionado. Serão produzidas placas informativas, panfletos e bandeiras de sinalização, sem prejuízo do cumprimento das regras.

A terceira minuta, nº 03/2025 do Protocolo Operacional da Visitação, na página 1, disserta sobre o fechamento e/ou abertura de vias:

Anualmente, entre 01 de junho e 31 de agosto fica proibida a circulação de embarcações de esporte e recreio (lanchas e moto-aquática) em atividade de visitação no 'Mar de Fora' de Arraial do Cabo. Entende-se como 'Mar de Fora' toda área a partir do 'Boqueirão' e lado oceânico Ilha de Cabo Frio, conforme pode ser observado no mapa em anexo. A visitação de embarcações de esporte e recreio somente pode ser realizada sem fins comerciais e deverá respeitar o horário de visitação da RESEX Marinha do Arraial do Cabo, conforme descrito no PROV nº 01/2023 e transcrito abaixo: "Poderão ser realizadas visitas diárias na RESEXMAR-AC, das 09:00 as 17:00h, sendo estendido até as 19:00h entre os meses de novembro e março, sempre respeitando a presença de pescadores artesanais, em atividade, nos atrativos da reserva. Nos meses da pesca artesanal da Tainha (maio a julho) a visitação na RESEX iniciará a partir das 10:00h. Nos meses de alta temporada de verão (Dezembro, Janeiro, Fevereiro e março) e feriados prolongados ao longo do ano (exceto no período da tainha, entre os meses de maio e julho) a visitação poderá iniciar as 08:00h. Embarcações de Turismo de Base Comunitário (até 10 metros e 24 passageiros) e

embarcações das operadoras de mergulho poderão iniciar as atividades as 08 horas, desde que em direção a Praia do Forno e pontos de mergulho previamente aprovados pelos pescadores artesanais, respectivamente".

E por fim, a Minuta nº 04/2025 do Protocolo Operacional da Visitação, na página 1, expõe que:

De forma a melhor esclarecer as regras contidas no Acordo de Gestão da RESEX Marinha de Arraial do Cabo, em especial as normas atinentes ao serviço de transporte turístico aquaviário autorizado pelo ICMBio, fica estabelecido que: As embarcações de transporte aquaviário que realizam atividade de turismo náutico na RESEX Marinha do Arraial do Cabo, a partir do ponto conhecido como 'Boqueirão', poderão se deslocar somente em direção a 'Gruta Azul', até o ponto conhecido como 'Bufador', podendo se afastar até o limite máximo de 500 metros da linha do costão, de acordo com o observado no mapa em anexo.

Assim, diante da apresentação dos principais pontos do objeto de estudo, a RESEX-MAR de AC, será abordada nos próximos capítulos uma análise da atividade turística dentro da Resex, através de informações coletadas nos documentos e em outras bibliografias, a partir das dimensões do desenvolvimento sustentável propostas pelo autor Ignacy Sachs.

4. A ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NA RESEX SOB AS DIMENSÕES PROPOSTAS POR IGNACY SACHS

Ignacy Sachs foi um economista nascido na Polônia em 1927, que também morou no Brasil por aproximadamente treze anos. Ele ficou famoso no mundo inteiro pelas suas obras e contribuições em eventos importantes que discutiam o desenvolvimento socioeconômico e questões ecológicas. É conhecido também como o autor do termo ecodesenvolvimento, argumentando que o crescimento econômico deve estar em harmonia com o desenvolvimento social e a conservação do meio ambiente (Oliveira e Monteiro, 2015).

Oliveira e Monteiro (2015, p. 34) também apresentam que “de acordo com o ensinamento de Sachs, o ecodesenvolvimento pode ser concebido como um projeto de civilização, que propaga um novo estilo de vida, com um conjunto de valores próprios, com objetivos sociais e um olhar

voltado para o futuro”. Diante disso, o autor elabora sua teoria defendendo a existência de cinco dimensões da sustentabilidade do ecodesenvolvimento, sendo elas: sustentabilidade econômica, sustentabilidade social, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade territorial e sustentabilidade cultural.

Sendo assim, os próximos tópicos abordarão a explicação dos conceitos de cada dimensão, analisando a atividade turística dentro da RESEX-MAR de AC, estabelecendo uma relação com cada um desses elementos propostos por Sachs.

4.1 Sustentabilidade Social

De acordo com Sachs (1993), a sustentabilidade social é referente à igualdade social, que busca reduzir as diferenças, visando a construção de uma sociedade igualitária e diminuindo a distância dos padrões de vida das pessoas. Objetiva também uma melhor distribuição de renda entre a população, e formas de vida que assegurem qualidade e acesso aos recursos e serviços existentes.

O autor Mendes (2009) cita em sua obra o conceito elaborado por Sachs, defendendo que no aspecto social, o objetivo é que os indivíduos tenham as mesmas oportunidades de serviços e bens fundamentais para a integridade humana e social. O autor completa afirmando que:

Sob esta ótica, a dimensão social pode ser entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento orientado por outra visão, a da boa sociedade. O objetivo é construir uma civilização do "ser", em que exista maior equidade na distribuição do "ter" (renda), de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados [...] (Mendes, 2009, p. 54).

Observando o objeto de estudo, a RESEX-MAR de AC, a autora Fabiano (2011) traz que durante a alta temporada ocorre um aumento significativo nas buscas por lazer e entretenimento, modificando o modo de vida comunitário e provocando alterações na atividade pesqueira. “O verão é um momento de tensão generalizada, permeando todas as relações sociais. Constitui uma época em que a paz e a tranquilidade bucólicas são quebradas de maneira surpreendente” (Fabiano, 2011, p. 119).

Nitidamente, o aumento da atividade turística provocou um adensamento urbano na região, resultando em ameaças na atividade econômica tradicional: a pesca, e ocasionando problemas nos

modos de vida e na estrutura social do local (Koblischek, 2012). Fabiano (2011) cita também que o alto fluxo turístico gera diversos danos, entre eles, mudanças nas relações sociais e a insensibilidade aos valores tradicionais locais. Em muitos casos, o entretenimento dos visitantes compromete a organização social e a forma de sustento da comunidade.

A autora Paulino (2016) aborda em sua pesquisa os impactos sociais advindos do turismo nessa região, citando que os principais desafios sociais enfrentados pela população local entrevistada, são em relação ao aumento dos preços, dificuldade de acesso e locomoção, aumento da violência e da poluição, e falta de água. Ela acrescenta que:

Quanto à alta temporada, os moradores disseram haver sim certa dificuldade de acesso aos serviços básicos e relataram que há mudança na rotina da cidade, que fica superlotada. Os maiores problemas relatados são em relação ao trânsito, aumento de casos de roubos e furtos, alta no preço de alimentos e dificuldade de acesso a pontos turísticos (Paulino, 2016, p. 10).

Fabiano (2011) discorre a necessidade de proporcionar a inserção e a participação das comunidades locais nas vantagens resultantes do turismo no local. O local deve aderir políticas responsáveis em relação ao turismo guiada pela inclusão social, visando sempre a consolidação da identidade local.

Associando a ideia da inserção social nos benefícios do turismo, a RESEX-MAR de AC, em parceria com o ICMBio e o SEBRAE, divulgam em meados de 2025 o Turismo Comunitário de Arraial do Cabo, que faz parte do Projeto Comunitário e Sustentável. Iniciam-se capacitações da população para ampliar o conhecimento e permitir a realização de produtos e serviços turísticos comunitários.

Figura 13: Logo do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo



Fonte: Página oficial do Instagram do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo

O projeto tem como objetivo atrair renda para os pescadores cabistas, com respeito mútuo ao ambiente e à comunidade. Conforme a Prefeitura de Arraial do Cabo (2025), a finalidade é fomentar a liderança comunitária na promoção da atividade turística da cidade, tendo como propósito o enaltecimento das tradições, dos saberes e da cultura cabista, associando a preservação ambiental e o fortalecimento econômico local.

O modelo proposto pelo projeto baseia-se no conceito de turismo comunitário, que prevê a participação direta dos moradores no planejamento, na gestão e na execução das atividades turísticas. Por meio dessa abordagem, a comunidade deixa de ser apenas receptora dos fluxos turísticos para atuar como protagonista do processo, ofertando experiências autênticas e promovendo o fortalecimento cultural e socioeconômico local (Arraial do Cabo, 2025).

Figura 14: Divulgação do Turismo Comunitário



Fonte: Página oficial do Instagram do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo

Assim, Paulino (2016) discute que para que esses impactos negativos da região, citados anteriormente, sejam minimizados, é necessário que os gestores considerem os aspectos sociais e culturais da população cabista, visando um equilíbrio entre o crescimento econômico e melhores condições de vida para a comunidade. O Turismo Comunitário de Arraial do Cabo, por mais que seja recente, surge como uma possibilidade de avanço nessa dimensão, no qual tem como princípio promover a equidade social.

Nesse contexto, é importante mencionar a existência do Conselho Deliberativo da RESEX, abordada no capítulo anterior, que é uma ferramenta de grande relevância para um manejo eficiente. É um local onde deve haver a participação ativa e conjunta de gestores e da comunidade local, para atingir os objetivos da reserva. Considera-se que a sustentabilidade social na região estudada, ainda tem muito a evoluir, e para isso é primordial que a população esteja envolvida no planejamento, na gestão e nas tomadas de decisões.

4.2 Sustentabilidade Econômica

Sachs (1993) propõe a sustentabilidade econômica relacionada à captação e gestão eficazes dos recursos e à uma constância nos investimentos públicos e privados. Deve-se analisar a distribuição de rendas, e avaliar a efetividade econômica de forma ampla dentro da sociedade e não somente nos lucros das empresas.

Mendes (2009, p. 53) aborda as dimensões de Sachs, e trata a dimensão econômica como:

[...] a sustentabilidade econômica extrapola o acúmulo de riquezas, bem como o crescimento econômico e engloba a geração de trabalho de forma digna, possibilitando uma distribuição de renda, promovendo o desenvolvimento das potencialidades locais e da diversificação de setores.

Sendo assim, no caso do município de Arraial do Cabo, onde está localizada a RESEX-MAR de AC, a economia gira em torno de três atividades, o turismo, a pesca e a atividade portuária (Carneiro e Fratucci, 2018). A pesca artesanal representa uma tradição importante para a comunidade, além disso, seus papéis econômico e social são de grande valor. Mas, atualmente ela tem perdido lugar para a atividade turística (Mendonça, Valle e Coutinho, 2012), que se mostra extremamente influente, com alto fluxo de turistas em muitas épocas do ano (Carneiro e Fratucci, 2018).

A população que antes tinha sua produtividade voltada para a pesca, encontrou no turismo uma nova fonte de renda (Paulino, 2016). Porém, pelo fato da atividade turística ter crescido tão

rápida e de forma desorganizada, ela trouxe também alguns problemas, fazendo muitos pescadores mudarem para o campo do turismo (Silva, 2018).

Muitos pescadores cabistas deixaram a pesca, reformaram seus barcos, ou compraram outros maiores, e os transformaram em barcos de passeio, para competir com as outras embarcações, que grande parte vem de fora para se aproveitar da atividade turística e não contribuem em nada para a região (Fabiano, 2011).

Nesse momento, o direito a ser exercido passa a ser o de explorar o passeio náutico por meio do uso dos barcos de pesca para a atividade turística, em detrimento da concorrência que vem dos saveiros, das escunas e dos barcos adequados para o transporte de passageiros, cujos proprietários não são, em sua maioria, nascidos no município (Fabiano, 2011, p. 124).

A autora Aguiar (2021), traz que especialmente em épocas de alta temporada, além das embarcações turísticas, os pescadores vão também para outros serviços relacionados ao turismo, o que aumenta o número dos trabalhadores informais dentro do setor turístico. Essa informalidade deixa o trabalhador vulnerável, pela precariedade, pela baixa remuneração, pela ilegalidade e pela subordinação a sazonalidade turística (Carneiro e Fratucci, 2018).

Em paralelo a esse contexto, uma parte da população alega que com o crescimento da atividade turística, houve um progresso na economia local, tendo mais ofertas de trabalho, diversidade no comércio local, mais opções de entretenimento e uma melhoria na infraestrutura urbana (Paulino, 2016).

O projeto do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo citado na seção anterior, é uma questão importante dentro dessa dimensão. Ele é uma alternativa aos pontos anteriormente apresentados, garantindo uma renda extra aos pescadores artesanais e contribuindo para a economia própria do local. A Prefeitura de Arraial do Cabo (2025) acrescenta que: “Com sua implementação, o Projeto Turismo Comunitário Sustentável pretende contribuir para a ampliação das oportunidades de emprego, o fortalecimento da economia local e o estímulo a práticas conscientes e responsáveis no setor turístico da região”.

Figura 15: Atividades propostas pelo Turismo Comunitário



Fonte: Página oficial do Instagram do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo

Desse modo, observa-se a presença de alguns problemas dentro dessa dimensão. Porém, o Turismo Comunitário pode se fortalecer como forma de redução dessas questões econômicas que existem na região estudada. Ele surge como uma maneira de ampliar as fontes de renda da população local, sem prejudicar a atividade pesqueira. Possibilitando que também se beneficiem da atividade turística, que exerce um forte potencial econômico na região, de forma justa e igualitária, buscando atingir a sustentabilidade econômica.

4.3 Sustentabilidade Cultural

Sachs (1993) traz a sustentabilidade cultural, no qual sua explicação se baseia no princípio da continuidade cultural, buscando sempre o respeito à cultura de cada lugar, reconhecendo as individualidades culturais, os valores identitários e as tradições das populações locais. Visando estabelecer harmonia entre tradição e inovação e assegurando a continuidade.

O mesmo autor trabalhado anteriormente, Mendes (2009, p. 55) aponta que:

A dimensão cultural em muitos aspectos confunde-se com a social, tendo em vista que cultura e sociedade são, muitas vezes, elementos indissociáveis. Fazem parte desta concepção: promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais, bem como acompanhar suas transformações. Para buscar essa dimensão é um caminho válido

o de valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais.

Diante desses conceitos, ao relacionar com o objeto de estudo, é notório que a cultura cabista gira em torno da pesca artesanal. A pesca é uma prática antiga na localidade, e o objetivo principal da criação da RESEX é assegurar e valorizar essa cultura, garantindo que a identidade comunitária esteja sempre relacionada à atividade pesqueira (Garcia, 2012). Fabiano (2011, p. 101) expõe que “essa prática simboliza a essência do povo cabista, suas histórias, suas lendas, suas relações sociais e familiares”.

Figura 16: Pescaria Artesanal na Praia Grande



Fonte: Carol Julião – Página oficial do Instagram da RESEX-MAR de AC

As especialidades de pesca em Arraial do Cabo estão entre a pesca de linha embarcado ou nas pedras, a de canoa de cerco, de traineira, a pesca de lula e entre outras (Garcia, 2012). Para Fabiano (2011), a pesca artesanal vai além de uma fonte de renda, a atividade possui uma beleza que consegue demonstrar como ela é percebida, revelando um estilo de vida próprio.

Figura 17: Pesca Artesanal



Fonte: Carol Julião – Página oficial do Instagram da RESEX-MAR de AC

Constata-se que embora os pescadores locais enfrentem algumas dificuldades, eles ainda expressam uma certa honra pelo o que praticam, reconhecendo-os como parte de uma importante tradição pesqueira (Fabiano, 2011). “O orgulho de ser cabista e de ser pescador é algo presente e marcante no município, desde a forma de falar até a forma de se relacionar com o ambiente, o que, como vimos, se traduz na construção de um senso de pertencimento e identidade” (Aguiar, 2021, p. 49).

No entanto, a atividade turística quando ocorre de forma desenfreada, ela pode impactar negativamente a população. Segundo a autora Fabiano (2011, p. 100), é o que acontece em Arraial do Cabo, “observa-se uma mudança acentuada nos padrões de comportamento e nos hábitos da população local, que se viu “invadida” por forasteiros ávidos por usufruir dos recursos naturais, indiscutivelmente únicos”. A mesma autora acrescenta que a crescente chegada de visitantes na região, traz aos cabistas novas formas de viver, de se relacionar e novos valores.

A autora Aguiar (2021) trata essa visão dizendo que muitas vezes o pescador cabista fala de si com orgulho, mas pode não se assumir como um, como caso de quando é perguntado sobre o trabalho que exerce, evidenciando uma autodesvalorização. A mesma autora faz uma reflexão acerca da diferença das gerações em relação a perda da identidade, e finaliza dizendo que: “Em

uma das narrativas que se apresentam em Arraial do Cabo, o que se coloca é a perda de parte dessa história, no sentido de deixar morrer a memória. As diversas narrativas ficam bem presentes quando se tem como referência as diferentes gerações e suas visões de mundo” (Aguilar, 2021, p. 53).

O recente projeto do Turismo Comunitário abordado anteriormente, contrapõe a ideia da perda da identidade, e surge como uma alternativa importante para a conservação cultural cabista, pois é baseado em valores que visam o fortalecimento da cultura local. Suas práticas visam a valorização da cultura, a igualdade social, a preservação da sociobiodiversidade e o compartilhamento de prática e saberes culturais. Suas atividades promovem experiências pensadas e realizadas sob o olhar cabista, possibilitando a valorização da identidade cultural e o conhecimento tradicional da população pesqueira.

Figura 18: Princípios do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo



Fonte: Página oficial do Instagram do Turismo Comunitário de Arraial do Cabo

Por fim, percebe-se que parte da população ainda expressa orgulho das suas tradições, contudo, demonstram também, medo pela perda identitária que a atividade turística massiva e desordenada pode gerar (Paulino, 2016). O Turismo Comunitário aparece como forma de trazer mais visibilidade e valorização da cultura e das tradições da população cabista. Ainda na sua forma inicial, o projeto é uma excelente oportunidade para fortalecer a identidade e o pertencimento da

comunidade local, garantindo que através do turismo a cultura e os modos de vida sejam preservados, aproximando cada vez mais da sustentabilidade cultural proposta por Sachs.

4.4 Sustentabilidade Ecológica

A sustentabilidade ecológica diz respeito à conservação e preservação ambiental. Para isso, Sachs (1993) discute o uso limitado de recursos não-renováveis, ou daqueles extremamente danosos ao ambiente; a diminuição da poluição, por meio da reciclagem e da conservação; e principalmente a adoção de normas e regras garantindo uma proteção ambiental adequada. Considerando sempre o cuidado e o respeito aos recursos naturais locais.

O autor Mendes (2009, p. 52) faz referência às dimensões idealizadas por Sachs, tratando a sustentabilidade ecológica como: “Este conceito aborda a natureza externa ao ser humano e a concepção de que quanto mais modificações realizadas pelo homem na natureza menor sua sustentabilidade ecológica e quanto menor a interferência humana na natureza, maior sua sustentabilidade”. Assim, para o autor, quem a defende, crê no controle do uso dos recursos naturais como forma de conservação e renovação.

O conceito de Unidade de Conservação relaciona-se perfeitamente com essa dimensão. Como visto nos capítulos anteriores, no caso da RESEX-MAR de AC, o seu foco é a conservação e a preservação dos ecossistemas existentes na região, e principalmente aqueles que são a base da atividade tradicional da reserva extrativista.

Fabiano (2011) considera os recursos naturais como um grande atrativo do fluxo turístico, mas que infelizmente se tornou uma oferta massificada e exploratória, pouco sensibilizada com o respeito e a preservação dos ecossistemas presentes. A autora comenta também que há a ausência de percepção dos recursos naturais e completa: “As questões relativas à sustentabilidade, à manutenção dos recursos naturais e à preservação da cultura local não fazem parte das inquietações dos visitantes, muito menos são oferecidas nos pacotes turísticos” (Fabiano, 2011, p. 106).

Dentro da RESEX, o grande fluxo de visitantes provoca uma grande demanda no ambiente, e essa alta concentração de pessoas sem fiscalização de capacidade de carga de um lugar, traz impactos ambientais significativos. (Silva, 2018). A respeito dos impactos, o que mais se encontra nessa região são os lixos, a poluição, os resíduos deixados no mar, entre outros (Fabiano, 2011). O

autor Araujo (2019, p. 40) fez um estudo abordando conflitos e percepções ambientais, e constata que:

Na fala dos atores sociais, é possível identificar que o principal impacto observado por eles é a questão da deposição irregular do resíduo sólido por parte dos turistas. Eles afirmam que os turistas desconsideram as lixeiras nos locais, e depositam seu lixo na faixa de areia, muitas vezes enterrado; na vegetação, da qual é muito difícil retirar, pois a vegetação possui muitos cactos; no mar; embaixo da escadaria e etc. Segundo a percepção ambiental de outro ator social que representou os quiosqueiros, um grande problema é a questão do lixo. Ela afirma que há muito lixo na praia, principalmente na parte de cima, local de acesso às escadarias das PPA, e que essa ação é realizada pelos próprios turistas.

O autor também destaca as poluições visuais e sonoras provocada pelas embarcações turísticas, a poluição pelos lixos deixados pelos visitantes nas praias, a redução da altura da duna das Prainhas do Pontal do Atalaia, o vazamento de óleo pelos barcos, falta de banheiros públicos, dentre tantos outros conflitos ambientais (Araujo, 2019). Esses problemas são claramente uma preocupação, principalmente pela fragilidade do local, que afeta a manutenção dos recursos naturais e ameaçando a biodiversidade.

Atualmente, mais especificamente na alta temporada de 2026, os meios de comunicação têm informado quase todos os dias sobre a superlotação das praias de Arraial do Cabo, gerando grandes preocupações aos riscos ambientais. Recentemente, em meados de janeiro de 2026, o ICMBio soltou uma nota informando a suspensão temporária do desembarque de pessoas nas Prainhas do Pontal do Atalaia. Segundo Dias (2026), a decisão foi tomada a partir de uma constatação feita durante uma fiscalização pelo ICMBio, no qual identificou-se o descumprimento de normas, dentre elas as previstas no Protocolo Operacional de Visitação (PROV) abordado no capítulo anterior.

Figura 19: Desembarque dos passageiros das embarcações turísticas



Fonte: Matéria do jornal online G1, fornecida pelo ICMBio

Lopes (2026) informa que a decisão só será revertida quando houver a validação dos cumprimentos das normas. Apresenta também que o objetivo dessa suspensão assume um caráter preventivo, visando a segurança dos visitantes, a organização e principalmente a preservação da integridade ambiental da Unidade de Conservação. Essa situação reflete a necessidade de um turismo ordenado para garantir a proteção ambiental e o cuidado com os recursos naturais.

Dessa maneira, considerando que a dimensão ecológica se baseia na preservação dos recursos naturais, pode-se enxergar algumas problemáticas e preocupações dentro do objeto de estudo. Porém, atitudes como a fiscalização e a suspensão do desembarque de passageiros recém adotada pelo ICMBio, são estratégias importantes de manejo, visando a conservação ambiental dentro da UC. Assim, essas e outras medidas devem ser vistas como processos fundamentais para a continuação do turismo, sempre objetivando a sustentabilidade e a proteção ambiental.

4.5 Sustentabilidade Territorial

Por fim, o autor Sachs (1993) traz a sustentabilidade territorial ou, também chamada de sustentabilidade espacial, como a organização do espaço quanto às populações e às atividades. Trata-se da busca por uma disposição mais equilibrada e harmônica, da superação das diferenças entre regiões e o desenvolvimento de meios que viabilizem a preservação da biodiversidade e do ecodesenvolvimento, principalmente em áreas mais frágeis.

A preocupação com o âmbito territorial surge a partir da percepção dos problemas resultantes da concentração de um grande número de pessoas em um lugar, que geram conflitos pelo uso do espaço, superlotação do lugar e alterações na paisagem Mendes (2009). O mesmo autor, fazendo referência aos conceitos elaborados por Sachs, também menciona que:

A sustentabilidade espacial abrange a organização do espaço e obedece a critérios superpostos de ocupação territorial e entrelaçados em uma rede natural duradoura para tentar recuperar, com esta complexa e diversificada trama, a qualidade de vida, a biodiversidade e a escala humana em cada fragmento, em cada bairro do sistema (Mendes, 2009, p. 55).

O espaço geográfico de regiões litorâneas é dividido e utilizado para diferentes práticas e fins, dentre eles a habitação, transporte, serviços, pesca, turismo, lazer, entre outros (Moreira, 2012). Ao pensar na RESEX-MAR de AC, Mendonça, Moraes e Costa (2013) refletem um uso múltiplo da área, abrangendo as atividades pesqueiras e turísticas, indicando “sobreposição de uso, em um mesmo território, e que isso tem interferido decisivamente na vida de muitas populações litorâneas, causando diversos impactos negativos” (Mendonça, Moraes e Costa, 2013, p. 387).

Dentro da RESEX-MAR de AC existem algumas modalidades de uso, que variam entre a pesca e o lazer dos visitantes. Fabiano (2011) pontua que por mais que aconteçam no mesmo lugar, elas não se complementam, e que inclusive essa divisão ocasiona muitos conflitos. Os autores Mendonça, Moraes e Costa (2013) apontam que os locais frequentados pelos pescadores cabistas, onde se encontrava barcos e acessórios de pesca, passam a serem compartilhados com os visitantes, barraqueiros, embarcações turísticas e outros serviços turísticos.

Percebe-se então que o aumento do turismo nessa região, dividindo mesmo espaço com a pesca artesanal, acarretou em algumas divergências territoriais. Vinha e May (2012, p. 103) confirmam dizendo que: “A rápida e desordenada expansão da atividade originou conflitos entre os pescadores artesanais e as empresas de turismo náutico e de mergulho em torno do uso do espaço”. Koblicschek (2012) afirma ainda que na alta temporada os conflitos são maiores, os pescadores e as embarcações de passeio disputam o uso do território, e as atividades de mergulho acabam afastando os peixes.

No Plano de Manejo da RESEX também consta esse contexto, visto como um problema, no qual a época de maior visitação corresponde com a temporada de pesca e a reprodução dos

peixes na RESEX, concluindo que a intensa utilização das praias pela atividade turística, prejudica bastante a atividade pesqueira (Brasil, 2020).

A partir desse contexto de desarmonia, Mendonça, Moraes e Costa (2013), expõem que acontece uma desvalorização das atividades tradicionais, levando, em muitos casos, a recolocação das atividades exercidas. “A pesca tem sofrido retração, impondo um aumento no esforço, empreendido pelos pescadores, que ao compararem sua atividade com a daqueles que atuam no turismo, constataam que estes obtêm maiores rendimentos com menor esforço” (Fabiano, 2011, p. 112).

Já citado anteriormente, as superlotações das praias que tem acontecido recentemente em Arraial do Cabo em 2026, cabe perfeitamente nas questões do uso territorial. Isso é decorrente da atividade turística desordenada sem estudos de capacidade de carga e a má distribuição do espaço.

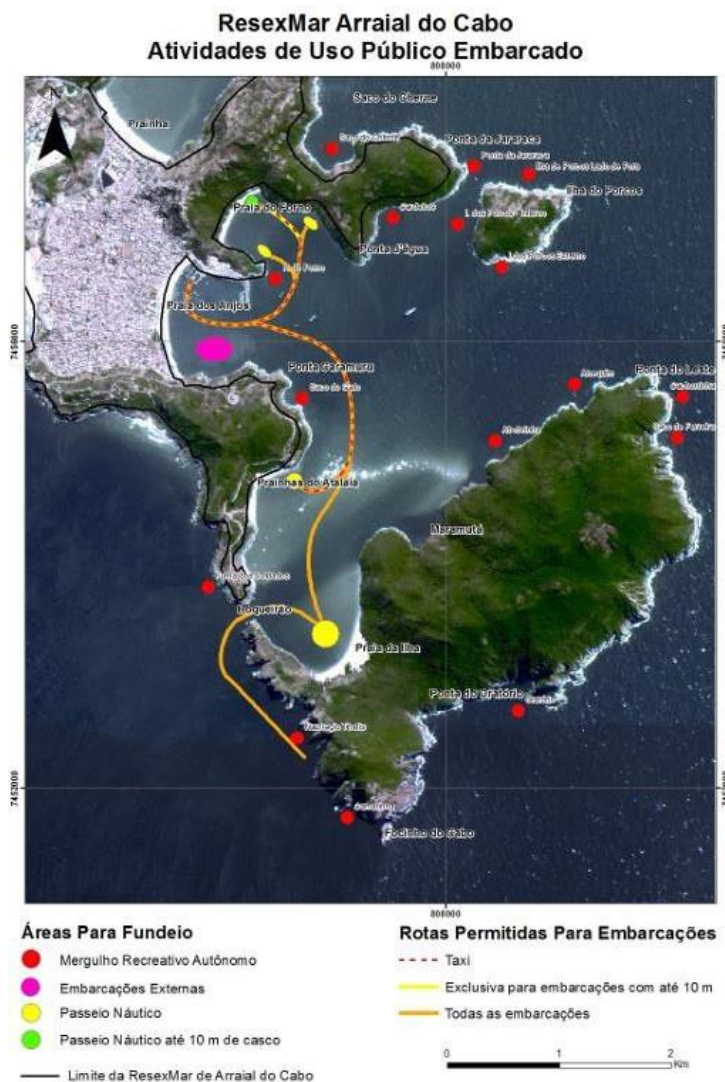
Figura 20: Superlotação das praias em Arraial do Cabo



Fonte: Página do Instagram da Rádio Terra FM

Em relação ao uso do espaço, pode-se citar algumas ferramentas como o Plano de Utilização da reserva citado no capítulo anterior, que consta algumas instruções de uso, porém está desatualizado. O Protocolo Operacional de Visitação (PROV), estabelecido recentemente, em 2025, que consta normas de visitação da RESEX, sendo essencial para essa dimensão. E o Mapa de Uso Público da Reserva é de 2019, e contém informações relevantes quanto ao uso do espaço, definindo onde as atividades náuticas podem ser realizadas, as áreas que são de uso exclusivo de pesca, onde o mergulho recreativo é permitido, e entre outros.

Figura 21: Mapa de Uso Público das embarcações.



Fonte: Mapa de uso público da RESEX-MAR de AC

Finalmente, fica nítido os conflitos existentes do uso do espaço dentro da RESEX-MAR de AC, não havendo uma distribuição equilibrada do uso do território como apresentado por Sachs dentro da dimensão territorial. Considerando os pontos abordados, a atividade turística desordenada tem seguido o caminho oposto a sustentabilidade espacial e tornando-se incompatível quanto aos propósitos da criação da UC. O Mapa de Uso Público e o PROV, surgem como estratégias recentes e importantes para contornar essas problemáticas. É necessário que essas

ferramentas sejam usadas em conjunto com fiscalizações frequentes para que assim, a pesca artesanal e o turismo caminhem em harmonia em relação ao uso do espaço da RESEX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que teve seu objetivo voltado para a investigação do desenvolvimento do turismo dentro da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, utilizou-se da abordagem qualitativa e pesquisas documentais e bibliográficas para atingir o objetivo, analisando os aspectos da atividade turística sob as dimensões da sustentabilidade descritos por Sachs.

Percebe-se em cada dimensão conflitos existentes causados pelo turismo que surge de forma desorganizada e desalinhada quantos aos princípios da RESEX. Diante disso, quanto ao âmbito social, observou-se um certo descontentamento em relação ao turismo massivo, principalmente em épocas de alta temporada, trazendo alterações na atividade pesqueira e na estrutura social da região. Porém, o projeto do Turismo Comunitário de Arraial, por mais que esteja apenas começando, pode ser uma importante medida para minimizar as questões sociais, oferecendo protagonismo à população local.

No viés econômico, o turismo se ergue, ultrapassando a pesca artesanal. Nota-se problemas como a migração dos pescadores para os serviços turísticos, muitas vezes aumentando a informalidade dentro do setor. E a grande presença de empresas vindas de fora do município, que provocam o escoamento da renda local. O recém projeto do Turismo Comunitário é uma excelente alternativa para diversificar a renda dos pescadores, garantindo que eles também se beneficiem do turismo da sua região.

Já na dimensão cultural, acredita-se que a população cabista se vê invadida pelo turismo, comprometendo de alguma forma a principal manifestação cultural da região, a pesca. Ainda há um certo sentimento de orgulho por parte dos pescadores, mas existe também, o medo da perda identitária da população cabista. Assim, cita-se novamente o Turismo Comunitário como forma de trazer uma maior valorização da cultura e identidade local, promovendo um maior sentimento de pertencimento comunitário.

Na questão ecológica surgem preocupações ambientais devido ao alto número de turistas na região. Os problemas são relacionados à poluição, aos lixos deixados nas praias e ao vazamento de óleo das embarcações turísticas. Nota-se também que a sobrecarga turística pode ocasionar uma degradação ambiental significativa. Assim, a fiscalização frequente por parte da gestão, torna-se relevante e necessária, e deve ser vista como um aspecto importante no contexto da preservação ambiental.

Por fim, a sustentabilidade territorial traz conflitos significativos quanto ao uso do espaço. As divergências são ocasionadas pelo turismo em relação à pesca artesanal. O alto número de visitantes e as superlotações das praias compromete o uso do espaço que antes era destinado a atividade pesqueira. Esse contexto é considerado contraditório ao propósito da reserva e à sustentabilidade espacial. Diante disso, é necessário a realização de estudos de capacidade de carga do lugar, e a utilização do Mapa de Uso Público e do PROV, para garantir uma melhor utilização do espaço.

Considera-se que as dimensões se relacionam entre si, trazendo perspectivas de como um turismo desordenado pode comprometer o ambiente e as pessoas residentes no local, nesse caso principalmente a pesca artesanal. Os benefícios econômicos do turismo não devem se sobressair às questões socioambientais de uma localidade frágil, assim como a RESEX-MAR de AC. A atividade turística deve estar acompanhada de gestão adequada, de normas, de fiscalização, de divulgação de informações ambientais e sociais, e principalmente que tenha um planejamento participativo, no qual as decisões sejam tomadas considerando as questões ambientais, os interesses sociais e culturais da localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L. A. J. de. **Pescadores artesanais e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ-RESEXMar AC: trajetória e desafios frente a atividades turísticas**. 2021. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://ppgmeioambiente.uerj.br/wp-content/uploads/2021/11/PPGMALuiza_AguiarFinal.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

ALBUQUERQUE, H. C. da C.; PEDROSA, F. M. C. **Turismo sustentável nas zonas costeiras e o caso das praias de Mira**. Universidade de Aveiro. 2004. Disponível em:

<https://agris.fao.org/search/en/providers/125174/records/67497d8d7625988a37227c3d>. Acesso em: 10 de nov. de 2025.

ALVES, E. V. B.; MORAES, R. C. P. de; SIQUEIRA, A. P. L. de. A criação de um aplicativo de educação ambiental na cidade de Arraial do Cabo sob a perspectiva do turismo. **Educação em Revista**, v. 26, p. e025008-e025008. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/16344>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

ARRAIAL DO CABO (RJ). Prefeitura. Arraial do Cabo implementa projeto de Turismo Comunitário Sustentável. Arraial do Cabo: Prefeitura Municipal. 11 de jun. de 2025. Disponível em: <https://www.arraial.rj.gov.br/noticia?id=101>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Portaria nº 17-N, de 18 de fevereiro de 1999. Aprova o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 fev. 1999.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo**. Arraial do Cabo: ICMBio, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinha/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/plano_de_manejo_resex_marinha_do_arraial_do_cabo.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Portaria nº 28, de 18 de janeiro de 2019. Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 fev. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinha/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/anexo_4_mapas_uso_publico_portaria_895_23set2020.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Homologação do quantitativo de vagas e das instituições representantes do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Brasília, 7 out. 2022. Disponível em: <https://cnuc-backend.mma.gov.br/api/v1/anexo/atolegal/41137>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O que são as unidades de conservação? Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/15713-o-que-s%C3%A3o-as-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sol e Praia**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>. Último acesso em: 10 de out. de 2025.

CANIZO, L. A. B. et al.. **Reprodução do espaço atual: um estudo de caso das resexs chico mendes e cazumbá iracema-acre.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia... Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/124473>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

CARNEIRO, J.; FRATUCCI, A. C.. Os trabalhadores das praias de Arraial do Cabo, RJ: um olhar a partir do território turístico. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, p. 50-70, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/5062>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

CARNEIRO, T. R.; GONÇALVES, T. E. O turismo e as questões socioambientais: uma discussão sobre as transformações no litoral do Iguape-CE. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 18, p. 01–15 pág., 2012. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/26032> . Acesso em: 23 jan. 2026.

CORDEIRO, C. C. **O papel do turismo desportivo no desenvolvimento sustentável das áreas costeiras.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro (Portugal). 2015. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/6cb581e7f9dc999a7071475172c4e5eb/1?cbl=2026366&dis=s=y&pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

COSTA, N. B. R. da. Impactos Sócio-ambientais do Turismo em Áreas Litorâneas: Um Estudo de Percepção Ambiental nos Balneários de Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema-Paraná.

REVISTA GEOGRAFAR, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21217>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

CUNHA, V. F. G. V. da. **Reservas extrativistas como política pública: uma análise da produção bibliográfica sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ**. 2017. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/14593>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

DIAS, C. Interdição de acesso a praia de Arraial do Cabo veio após ICMBio verificar quase três vezes mais botes que o permitido no local. O Globo, Rio de Janeiro, 17 de jan. de 2026. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2026/01/17/interdicao-de-acesso-a-praia-de-arraial-do-cabo-veio-apos-icmbio-verificar-quase-tres-vezes-mais-botes-que-o-permitido-no-local.ghtml>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

FABIANO, C. C. L. **O turismo e a sua contribuição na manutenção e na preservação da pesca artesanal e da cultura tradicional na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo-RJ**. 2011. Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Mestrado Profissional em Turismo. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/11066>. Acesso em 23 de jan. de 2026.

FIGUEIREDO, E. M. et al. **Uma estrada na reserva: impactos sócioambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá,(PA)**. 2007. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará. Disponível em:
<https://repositorio.ufpa.br/items/13dc51cd-682e-4156-91ec-488032eb30da>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

FONSECA, M.; LAMAS, I.; KASECKER, T. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil**, v. 39, p. 18-23, 2010. Disponível em:
https://www.academia.edu/20022240/O_Papel_das_Unidades_de_Conserva%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

GARCIA, R. de A. Resgate da tradição do mestre restaurador de canoas: pesca artesanal de Arraial do Cabo. In: CALDASSO, L.; VALLE, R.; VINHA, V. **Governança em Reserva Extrativista Marinha**. Rio de Janeiro. PoD Editora, 2012, p. 59-72.

HAFERMANN, M. **Sustentabilidade e desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina**. 2004. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86791>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

HONÓRIO, Í. C.; ROCHA, I. de O. Formação sócio-espacial da zona costeira e evolução do turismo litorâneo: Ceará e Santa Catarina. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 13, n. 29, p. 161-174, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7811846>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados-Arraial do Cabo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/arraial-do-cabo.html>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Protocolo Operacional de Visitação (PROV) nº 01/2025 – Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo**. Arraial do Cabo, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/prov-resex-01_2025-som-coletivo-e-instrumentos-musicais.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Protocolo Operacional de Visitação (PROV) nº 02/2025 – Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo**. Arraial do Cabo, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/prov-resex-02_2025-pratica-de-surf-pg-e-pontal.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Protocolo Operacional de Visitação (PROV) nº 03/2025 – Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo**. Arraial do Cabo, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/prov-resex-03_2025-lanchas-e-jetski.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Protocolo Operacional de Visitação (PROV) nº 04/2025 – Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo**. Arraial do Cabo, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/prov-resex-04_2025-rota-passeio-nautico.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Nota Técnica nº 3/2025/RESEX Marinha Arraial do Cabo/ICMBio**. Arraial do Cabo, 28 maio 2025. Processo SEI nº 02126.003858/2022-59. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/provs-2025.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Relatório de monitoramento da visitação em unidades de conservação federais em 2021**. Brasília, DF: ICMBio, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/RELATORIO_Monitoramento_da_visitacao_2021_Versao_Final_COEST.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

KOBLISCHEK, M. Resiliência da Resex-Mar Arraial do Cabo/Rj, Brasil, com ênfase na Pesca Artesanal. *In*: CALDASSO, L.; VALLE, R.; VINHA, V. **Governança em Reserva Extrativista Marinha**. Rio de Janeiro. PoD Editora, 2012, p. 27-44.

LIMA, L. B. B. de M. **O turismo de sol e praia no litoral sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos Sistur e Talc.** 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_49a2001a684be6c6f083964f6414ee9a. Acesso em: 9 de mar. de 2025.

LOPES, E. R. N.; SANTOS, A. M.. Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, Aquidabã, v.7,n.1, p.48-60, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283698002_Turismo_e_recursos_naturais_o_lugar_das_unidades_de_conservacao_no_ecoturismo. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

LOPES, L. Suspensão de desembarque nas Prainhas do Pontal do Atalaia preocupa setor turístico em Arraial do Cabo. G1, Arraial do Cabo, 15 de jan. de 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2026/01/15/suspensao-de-desembarque-nas-prainhas-do-pontal-do-atalaia-preocupa-setor-turistico-em-arraial-do-cabo.ghtml>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

MEDEIROS, L. da C. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 197-234, 2013. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/181>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

MELO, L. V. de et al. Ampliação do Porto do Forno na Reserva Extrativista Marinha em Arraial do Cabo-RJ. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, v. 3, n. 2, p. 163-186, 2009. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/2177-4560.20090019>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/revusc/article/view/135>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

MENDONÇA, F. M.; VALLE, R.; COUTINHO, R. A cadeia produtiva da pesca artesanal em Arraial do Cabo: análise e propostas de melhoria. In: CALDASSO, L.; VALLE, R.; VINHA, V. **Governança em Reserva Extrativista Marinha**. Rio de Janeiro. PoD Editora, 2012, p. 45-58.

MENDONÇA, T. C. de M.; MORAES, E. A. de; MACIEL, M. A. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/879>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

MESQUITA, A. A. et al. Conservação e turismo na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema: desafios para a implementação do ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 18, n. 5, p. 477-495, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/396677575_Conservacao_e_turismo_na_Reserva_Extrativista_Cazumba-Iracema_desafios_para_a_implementacao_do_ecoturismo [Conservation and tourism in the Cazumba-Iracema Extractive Reserve challenges for the implement](https://www.researchgate.net/publication/396677575_Conservacao_e_turismo_na_Reserva_Extrativista_Cazumba-Iracema_desafios_para_a_implementacao_do_ecoturismo). Acesso em: 23 de jan. de 2026.

MOESCH, M. M. O domínio material e conceitual do turismo. **2º Seminário Nacional dos Programas de pós-graduação em Turismo**, p. 01-13, 2005. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2/Artigo_23.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

MORAES, E. A. de et al. Turismo de base comunitária em unidades de conservação de uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. **Turismo: Visão e Ação**, v. 26, p. e19133, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/7NZvxMQygttSktw3Zz7rtFg/?format=html&lang=pt>. Acesso em 23 de jan. 2026.

MOREIRA, F. de W. Breve panorama da pesca na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ. In: CALDASSO, L.; VALLE, R.; VINHA, V. **Governança em Reserva Extrativista Marinha**. Rio de Janeiro. PoD Editora, 2012, p. 11-26.

MUNARI, A. B.; ASSUNÇÃO, V. K. MENEZES.; C.T. B. Problemas socioambientais decorrentes da urbanização e turismo: estudo de caso da Lagoa das Capivaras, Garopaba (SC), Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 44, p. 243-266, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/54977>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

OLIVEIRA, D. F. de; MONTEIRO; GOMES, L. de V. Ecodesenvolvimento: uma abordagem sob o contributo de Ignacy Sachs. **Revista de direito, economia e desenvolvimento sustentável**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/939>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

PAULA, B. T. de; SILVA, F. C. da; FARIA, E. R. de. Políticas públicas para o turismo sustentável: o caso de Armação dos Búzios–RJ. **Revista Turismo em Análise**, v. 31, n. 2, p. 316-338, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/164493>. Acesso em: 10 de mar. de 2025.

PAULA, D. P. de. Desenvolvimento do turismo de sol e praia em destinos tropicais: o caso do litoral de Fortaleza. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 3, n. 2, p. 9, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5059185>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

PAULINO, P. **Os impactos socioculturais do turismo nas comunidades receptoras: Um estudo na cidade de Arraial do Cabo**. 2016. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/bach/files/2016/10/PRISCILA-PAULINO-sda.pdf>. Acesso em 23 de jan. de 2026.

PEREIRA, A. I. de A.; SILVA, F. J. de L.; OLIVEIRA, J. E. L. Utilização de indicadores de sustentabilidade do turismo em Unidades de Conservação nas últimas décadas: impactos e importância. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 16, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/14050>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

PINHO, T. R. R.; DANTAS, E. W. C.; SANTOS, J. de O. Turismo e sustentabilidade em comunidades costeiras: reflexões sobre mudanças socioambientais em Jericoacoara (CE) e Barreirinhas (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 4,

2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6698>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

RÁDIO TERRA FM. @radioterraoficial. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/radioterraoficial/>. Acesso em 23 de jan. de 2026.

RAMOS, K. V.; SILVA, M. D.; OLIVEIRA, M. M.do L.; BEZERRA, M. da S.; BOMFIM, R. de M. **Arraial em alto estilo: um pedacinho do paraíso no Brasil, 2024**. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em Guia de Turismo) - CETEC – GEEAD (Unidade de Ensino Médio e Técnico - Grupo de Estudo de Educação a Distância), São Paulo.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo. Atlas, p. 76-97, 2006. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35790526/Cap_3_Como_Elaborar-libre.pdf?1417423214=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCap_3_Como_Elaborar.pdf&Expires=1769269748&Signature=BwuGf6Qc8hjZ5qu7ktQzVYc98nOXXxKBRR1lYu0~TAy6EnemyKyTjM61uEEBbbMFcLkj7oxbUySoOMIZm~TrGvnNQ6my9UXI4hiugnJw~ZpgJhGZ0bQGkhK1e6KyDmpRNVL56W8oOXn9WuADqSgQ4Ro44tzgdWYCVo-ddD7mjCgq5iASle2IP-dTmHudwo5A4uUtxaICHpU8Se0KSUwfAlYUk3YXrs1AFS3l-2vfri3zDofb0CfyD29COXTDC8n0eH-Zy4djgURVyWfHkpk93uxlr2xVQ6qBvkvknDImUzrKmfINCyURf-RV23mrbOfAYNgU8Cch02gt5x23DmEzA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO ARRAIAL DO CABO. @resexmarinhaarraialdocabo. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/resexmarinhaarraialdocabo/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1993, p. 29-56.

SALES, M. de M. S.; SELVA, V. F. Desenvolvimento para quem?: Exclusão social em territórios turísticos litorâneos. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 15, n. 32, p. 36-50, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8562834>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SAMPAIO, T.B. **Gestão pública em saúde: Metodologia da pesquisa**. Universidade Federal de Santa Maria. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/26138>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SANTOS, F. N. D; MARINHO, L. Turismo, sustentabilidade, desenvolvimento local e a questão do turismo litorâneo. **Observatório de inovação do turismo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 67-82, 2016. Disponível: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/4143>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SANTOS, M. S.; SCHIAVETTI, A. Análise da atividade turística na reserva particular do patrimônio natural Salto Apepique, Ilhéus, Bahia. **Gaia Scientia, Paraíba**, v. 2, n. 1, p. 75-82, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/2549>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SEIXAS, Camila Lopes. **Planejamento turístico responsável das praias Perequê e Castelhanos (Ilhabela-SP)**. 2020. Dissertação - Programa de Pós - Graduação e Sustentabilidade na Gestão Ambiental (PPGSGA-So). Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_f2e9e6b020b08510508ec7921fefb3d4. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SERRANO, C. M. de T.; BRUHNS, H. T.; DIEGUES, A. C. S.. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Papirus Editora, 1999.

SILVA, D. L. B. da. **Turismo em unidades de conservação: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2008. 207. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1944>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SILVA, I. G. C. da. **Conflitos socioambientais em Arraial do Cabo-RJ: jogo educativo como metodologia em Educação Ambiental**. 2018. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Arraial%20do%20Cabo/2025/CPDCAC/Alcalis/trabalhos/conflitos_socioambientais_em_arraial_do_cabo_rj_jogo_educativo_como_metodologia_de_educacao_ambiental.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SILVA, M. R. de O. et al. **Percepção ambiental e turismo sustentável: análise dos impactos da atividade turística em zonas costeiras da grande João Pessoa PB**. 2014. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da

Paraíba. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4568>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SILVA, R. R. de S. Turismo em unidade de conservação: o caso do Parque Estadual Serra da Baitaca. **Turismo-Visão e Ação**, v. 15, n. 3, p. 409-418, 2013. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/5117>. Acesso: 23 de jan. de 2026.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009, p. 33- 44. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P. do. Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 12, n. 1, p. 173-190, 2012. Disponível em: <https://seminariodoambiente.ufam.edu.br/2012/anais%20II%20SICASA/pdf/artigo%203.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

TRINDADE, L. das N. **Reserva extrativista (RESEX) Marinha Mãe Grande de Curuçá: gestão ambiental e possibilidade de turismo na comunidade da Vila de Mutucal**. 2017. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/85ff4c99-7ecd-4436-906c-8c4405216492/content>. Acesso em: 23 de jan. de 2026.

TURISMO COMUNITÁRIO DE ARRAIAL DO CABO. @turismocomunitarioarraial. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/turismocomunitarioarraial/>. Acesso em 23 de jan. de 2026.

VINHA, V.; MAY, P. Pagamento por serviços ambientais como fonte de sustentabilidade financeira da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. In: CALDASSO, L.; VALLE, R.; VINHA, V. **Governança em Reserva Extrativista Marinha**. Rio de Janeiro. PoD Editora, 2012, p.101-112.

